

**MINISTÉRIO DO TURISMO**  
**Secretaria Nacional de Políticas de Turismo**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**MARÇO/2014**  
**MINISTÉRIO DO TURISMO**  
**Secretaria Nacional de Políticas de Turismo**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013, das Resoluções TCU nºs 234/2010 e 244/2011, das Decisões Normativas TCU nºs 127/2013, 129/2013 e 132/2013, e da Portaria-TCU nº 175/2013, além das posteriores alterações e das orientações do órgão de controle interno (CGU).**

Brasília, 03/2014



## **SUMÁRIO**

<b><u>LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS PRINCIPAIS .....</u></b>	<b><u>7</u></b>
<b><u>LISTA DE QUADROS .....</u></b>	<b><u>9</u></b>
<b><u>ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.....</u></b>	<b><u>10</u></b>
1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	10
1.1.1 <i>Relatório de Gestão Individual</i> .....	10
1.2 – FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	11
1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL .....	13
1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	15
1.6 – PRINCIPAIS PARCEIROS .....	16
<b><u>INTRODUÇÃO .....</u></b>	<b><u>17</u></b>
<b><u>ITEM 2 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS .....</u></b>	<b><u>18</u></b>
2.1 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....	18
2.2 – PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS .....	20
2.2.2 <i>Objetivo</i> .....	20
2.2.2.1 <i>Análise Situacional</i> .....	21
2.2.3 <i>Ações</i> .....	23
2.2.3.1 <i>Ações - OFSS</i> .....	23
2.2.3.3 <i>Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS</i> .....	25
2.2.3.5 <i>Análise Situacional</i> .....	28
2.3 – INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO .....	33
<b><u>ITEM 3 – ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....</u></b>	<b><u>34</u></b>
3.1 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA .....	34
3.2 – AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	35
<b><u>ITEM 4 – TÓPICOS ESPECIAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....</u></b>	<b><u>38</u></b>
4.1 – EXECUÇÃO DAS DESPESAS.....	38
4.1.2 <i>Movimentação de Créditos Interna e Externa</i> .....	38
4.1.3 <i>Realização da Despesa</i> .....	38
4.1.3.5 <i>Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação</i> .....	38
4.1.3.6 <i>Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação</i> .....	40
4.1.3.7 <i>Análise Crítica da realização da despesa</i> .....	41
4.3 – MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	41
4.3.1 <i>Análise Crítica</i> .....	41
4.4 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS .....	42
4.4.1 <i>Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício</i> .....	42
4.4.2 <i>Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios</i> .....	45
4.4.3 <i>Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse</i> .....	46
4.4.4 <i>Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse</i> .....	46
4.4.5 <i>Análise Crítica</i> .....	48
<b><u>ITEM 5 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....</u></b>	<b><u>49</u></b>
5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	49
5.1.1 <i>Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada</i> .....	49
5.1.1.1 <i>Lotação</i> .....	49
5.1.1.2 <i>Situações que reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada</i> .....	49
5.1.2 <i>Qualificação da Força de Trabalho</i> .....	50
5.1.2.1 <i>Estrutura de Cargos e de Funções</i> .....	50

Fonte: SIAPE (Extração feita pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/MTur).....	50
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	51
5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	51
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	52
5.1.5 Cadastramento no Sisac.....	53
5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	53
Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/MTur.....	53
5.1.5.2 Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU.....	53
Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/MTur.....	53
5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	53
Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/MTur.....	54
5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	54
5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	54
5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	54
5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	55
<b><u>ITEM 6 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....</u></b>	<b><u>56</u></b>
6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	56
6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	61
6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	61
6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	61
6.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS.....	62
<b><u>ITEM 7 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....</u></b>	<b><u>63</u></b>
7.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	63
7.1.1 Análise Crítica.....	64
<b><u>ITEM 8 - GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....</u></b>	<b><u>65</u></b>
8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	65
8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	66
<b><u>ITEM 9 - CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....</u></b>	<b><u>68</u></b>
9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.....	68
9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	68
9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	69
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	69
9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações.....	69
9.5 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO.....	70
9.6 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV.....	71
<b><u>ITEM 10 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</u></b>	<b><u>73</u></b>
<b><u>ITEM 11 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</u></b>	<b><u>74</u></b>
11.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	74
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	76
11.2.2 Declaração com Ressalva.....	76
<b><u>ITEM 3 – PARTE B – DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....</u></b>	<b><u>77</u></b>
<b><u>RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</u></b>	<b><u>78</u></b>



## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS PRINCIPAIS**

Cadastur – Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas do setor do turismo  
CFC – Conselho Federal de Contabilidade  
CGCV - Coordenação-Geral de Convênios  
CGPOF - Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças  
CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos  
CGU – Controladoria Geral da União  
CIFAT - Comitê Interministerial de Facilitação Turística  
CNT - Conselho Nacional de Turismo  
DBR – Declaração de Bens e Rendas  
DN – Decisão Normativa  
D.O.U – Diário Oficial da União  
DGE – Diretoria de Gestão Estratégica  
DPMKN - Departamento de Promoção e Marketing Nacional  
Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo  
FORNATUR - Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MTur – Ministério do Turismo  
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade  
OCI – Órgão de Controle Interno  
PACET – Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo  
PNT – Plano Nacional do Turismo  
PGTur - Plataforma de Gestão do Turismo  
PPA - Plano Plurianual  
PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PRT – Programa de Regionalização do Turismo  
SBClass - Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SIC – Sistema de Informações ao Cidadão

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SNPTur - Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

SNRHos - Sistema Nacional de Registro de Hóspedes

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União

UF – Unidade da Federação

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária



## LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL .....	10
QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO .....	20
QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS .....	23
QUADRO A.2.2.3.3 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013 - RESTOS A PAGAR – OFSS.....	25
QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	35
QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA .....	38
QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO .....	38
QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	40
QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	41
QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	42
QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	45
QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	46
QUADRO A.4.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	46
QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 .....	49
QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ .....	49
QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	50
QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	50
QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 .....	51
QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	52
QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007) .....	53
QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	53
QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC .....	53
QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	54
QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	54
QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	61
QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL .....	61
QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS .....	62
QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	63
QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	65
QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	66
QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO .....	68
QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR...69	69
QUADRO A.9.5 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013 .....	70
QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	71
QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA. ....	76

## ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

### 1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

#### 1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério do Turismo			<b>Código SIORG:</b> 72084
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Secretaria Nacional de Políticas de Turismo			
<b>Denominação Abreviada:</b> SNPTur			
<b>Código SIORG:</b> 73565	<b>Código LOA:</b> 54101		<b>Código SIAFI:</b> 540006
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			<b>CNPJ:</b> 05.457.283/0007-04
<b>Principal Atividade:</b> Regulação das Atividades Econômicas			<b>Código CNAE:</b> 8413-2
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 2023-7702	(061) 2023-7703	(061) 2023-7704
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:snptur@turismo.gov.br">snptur@turismo.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.turismo.gov.br">http://www.turismo.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Ministério do Turismo/Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º Andar, Gabinete – CEP: 70.065-900 – Brasília/DF			
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei 10.683/03 (D.O.U de 29/05/2003) e Lei 11.958/09 (D.O.U de 29/06/2009)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 8.102/13 (D.O.U de 09/09/2013): Estrutura Regimental do Ministério do Turismo			
Decreto 7.994/13 (D.O.U de 25/04/2013): Aprovação do Plano Nacional de Turismo 2013-2016			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano Nacional do Turismo 2013-2016			
Programa de Regionalização			
Mapa do Turismo Brasileiro 2013			
Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores			
Guia “Viaje Legal”			
Passaporte Verde			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
540004	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos		
540012	Coordenação-Geral de Convênios		
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
00001	Recursos do Tesouro Nacional		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
540004		00001	
540012		00001	

## 1.2 – FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur é um órgão específico singular, hierarquicamente subordinado ao Ministro de Estado do Turismo. Seu papel principal é o de subsidiar a formulação e o monitoramento da Macropolítica para o Setor do Turismo do País em âmbito nacional, visando o desenvolvimento da atividade. Para tal, o Órgão é auxiliado pelo Conselho Nacional do Turismo e pelo Comitê Interministerial de Facilitação Turística, cujas diretrizes norteiam os trabalhos do Ministério como um todo. Além da Macropolítica, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo também coordena a elaboração e propositura do Plano Nacional de Turismo, bem como de outros instrumentos e normativos regulamentares do Setor. Orienta e acompanha ainda a execução de projetos de qualificação dos serviços e produtos turísticos, bem como a estruturação, diversificação, e promoção da oferta turística no país.

Além de monitorar e avaliar a execução dessa Política, a SNPTur busca implementar o modelo de gestão descentralizada e regionalizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo (MTur) com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação.

A Secretaria é ainda responsável, em articulação com o Gabinete do Ministro, pela promoção e marketing do turismo interno, por meio do apoio à realização de eventos que fomentem a atividade turística pelo país, bem como por meio da criação de campanhas para ampliação das viagens domésticas, e para incentivar o brasileiro a incluir o turismo em sua cesta de consumo.

Constitui também atribuição da Secretaria a realização de pesquisas, levantamentos e estruturação de indicadores relativos ao turismo e, por fim, exercer ações relacionadas ao Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no que compete às competências do Ministério do Turismo.

As atividades/competências da SNPTur estão formalmente definidas pelo artigos 8º a 11º do Decreto 8.102, de 06 de setembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 09 de setembro de 2013, e estão listadas abaixo:

Art. 8º À Secretaria Nacional de Políticas de Turismo compete:

- I - subsidiar a formulação e monitorar a Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes por ela propostas e com os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo;
- II - analisar e avaliar a execução da Política Nacional de Turismo;
- III - coordenar a elaboração e propor ao Ministro de Estado o Plano Nacional de Turismo, e acompanhar sua execução;
- IV - conceber instrumentos e propor normas sobre a Política Nacional de Turismo;
- V - coordenar a elaboração dos planos, programas e ações do Ministério, necessários à consecução da Política Nacional de Turismo;
- VI - conceber as diretrizes para a formulação de estudos, pesquisas, análises e levantamentos de dados destinados à formulação e avaliação da Política Nacional de Turismo;
- VII - desempenhar as funções de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Turismo e do Comitê Interministerial de Facilitação Turística;
- VIII - orientar, acompanhar e supervisionar a execução dos projetos de qualificação dos serviços turísticos, estruturação e diversificação da oferta turística, e de incentivo ao turismo no mercado interno, compreendendo a divulgação dos produtos turísticos brasileiros no mercado nacional;
- IX - orientar o levantamento e a estruturação de indicadores relativos ao turismo;

- X - promover a cooperação e articulação com os órgãos das administrações federal, estadual, distrital e municipal, do setor produtivo e do terceiro setor, em projetos que possam contribuir para o fortalecimento e para o desenvolvimento do turismo nacional;
- XI - promover a cooperação e articulação com os fóruns, conselhos, consórcios e entidades articuladoras do turismo nos âmbitos regional, estadual e municipal;
- XII - articular-se com órgãos governamentais e entidades da administração pública em seus programas, projetos e ações que interajam com a Política Nacional de Turismo;
- XIII - exercer ações relacionadas ao Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e
- XIV - supervisionar e coordenar a execução das atividades de marketing no âmbito do Ministério, em articulação com o Gabinete do Ministro de Estado.

Art. 9o Ao Departamento de Estudos e Pesquisas compete:

- I - realizar estudos, pesquisas, análises e levantamentos de dados e indicadores para a formulação, implementação e avaliação da Política Nacional de Turismo;
- II - acompanhar a dinâmica do mercado turístico nacional e internacional com o objetivo de subsidiar a formulação, a implementação e a avaliação da Política Nacional de Turismo;
- III - propor, coordenar, supervisionar e apoiar a realização de estudos, pesquisas, análises, levantamentos e sistematização de dados estatísticos sobre o setor turístico, com o objetivo de orientar as políticas públicas de competência do Ministério;
- IV - criar base de dados de informações gerenciais sobre a oferta e a demanda turísticas para apoiar a tomada de decisão pública; e
- V - interagir com instituições em âmbito nacional e internacional que possam colaborar com o aprimoramento na área de pesquisa e informação turística.

Art. 10. Ao Departamento de Produtos e Destinos compete:

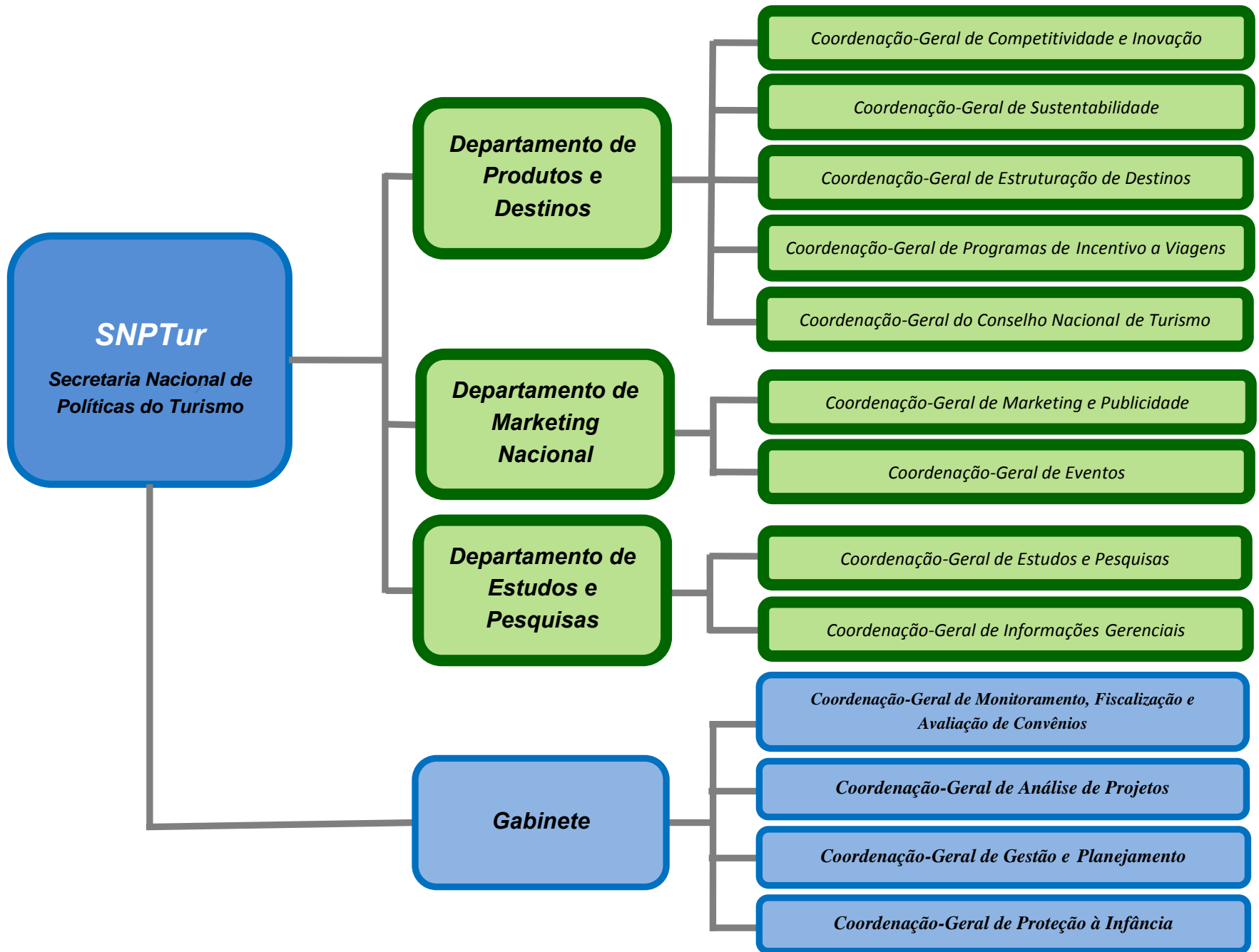
- I - coordenar, acompanhar, supervisionar e articular políticas, planos, programas, projetos e ações para a estruturação e diversificação da oferta turística;
- II - coordenar e exercer a cooperação e a articulação com os órgãos da administração federal, estadual, distrital, municipal e entidades não governamentais em programas, projetos e ações de fiscalização, classificação e cadastramento de serviços e de empreendimentos turísticos;
- III - apoiar o planejamento de programas e de projetos no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que contribuam para o fortalecimento e para o desenvolvimento sustentável da atividade turística;
- IV - subsidiar a formulação de políticas, atos normativos regulamentares e de fiscalização para ordenamento e qualificação dos serviços turísticos e da atividade turística em geral;
- V - criar e gerenciar instrumentos e mecanismos de comunicação, estabelecendo redes de informação e relacionamentos para subsidiar a implantação do Plano Nacional do Turismo e fortalecer a atividade turística;
- VI - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a Política Nacional de Turismo;
- VII - coordenar a elaboração e avaliação do Plano Nacional de Turismo;
- VIII - elaborar os instrumentos e normas destinados à implementação da Política Nacional de Turismo;
- IX - assistir o Departamento de Estudos e Pesquisas nas pesquisas, análises, estudos, e levantamentos de dados e indicadores para o acompanhamento da Política Nacional de Turismo;
- X - prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Nacional de Turismo e ao Comitê Interministerial de Facilitação Turística; e
- XI - acompanhar a gestão descentralizada do Plano Nacional de Turismo nas ações dos conselhos e fóruns regionais, estaduais e municipais.

Art. 11. Ao Departamento de Marketing Nacional compete:

- I - propor, apoiar, planejar, coordenar e acompanhar as ações e projetos de marketing, promocional e institucional, propaganda e divulgação do turismo brasileiro no mercado nacional; e
- II - articular-se com órgãos da administração federal afetos à comunicação social, em especial com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

### **1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL**

O organograma funcional da UJ foi alterado em 2013 em função do Decreto 8.102/13 (D.O.U de 09/09/2013), que aprova a nova Estrutura Regimental do Ministério do Turismo. Neste sentido, a partir de setembro de 2013, o organograma da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo passou a ter a seguinte estrutura:



Como demonstrado no organograma acima, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo é atualmente composta por 3 Departamentos Finalísticos. De forma sintética, o Departamento de Marketing Nacional é responsável pela divulgação de campanhas e outras formas publicitárias, visando estimular o brasileiro a viajar mais por seu País. Trata também de ações de apoio à comercialização junto ao trade turístico, tendo em última análise o mesmo objetivo de incrementar o fluxo turístico brasileiro.

O Departamento de Estudos e Pesquisas é responsável pelos estudos, pesquisas e compilações de dados referentes à atividade turística no País. Estes documentos atingem tanto a vertente conjuntural do turismo (conjuntura econômica dos setores e atividades características do turismo) como a estrutural (dados de oferta e demanda turística).

O Departamento de Produtos e Destinos tem, dentre suas principais frentes: a estruturação e diversificação da oferta turística; o planejamento de Programas ou Projetos para o desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro e suas redes de informação e relacionamento; a realização do Secretariado-Executivo do Conselho Nacional do Turismo, do Comitê Interministerial de Facilitação Turística, e a articulação da Política Nacional junto às instâncias regionais, estaduais e municipais de turismo; e as atividades de ordenamento e normatização turística (Metodologia de Classificação Hoteleira; Cadastramento e Fiscalização de prestadores de serviços turísticos; etc), que visam dotar o País de Competitividade internacional no Setor.

Por fim, as Coordenações-Gerais vinculadas ao Gabinete da SNPTur têm como principais produtos: a realização e posterior fiscalização de eventos geradores de fluxo turístico; a propositura e coordenação da elaboração do Plano Nacional de Turismo; e às ações de prevenção e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia turística.

Neste sentido, os principais Macroprocessos da SNPTur, a serem descritos no item 1.4, buscam como principais produtos: Campanhas realizadas; Estudos realizados; Ações de fortalecimento institucional realizadas; Planos elaborados; Ações de Apoio à Comercialização; Prestadores de serviços cadastrados; e Eventos apoiados.

#### **1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS**

No âmbito da SNPTur, os macroprocessos desta UJ foram definidos de acordo com objetivos estratégicos existentes no Mapa Estratégico do Ministério do Turismo, sendo que cada objetivo representa um macroprocesso.

O mapeamento desses macroprocessos foi feito em parceria com o Escritório de Processos da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério do Turismo e com a Diretoria de Gestão Estratégica, vinculada à Secretaria-Executiva do MTur. De acordo com o Mapa Estratégico do Ministério do Turismo, existem 6 objetivos estratégicos finalísticos, gerando assim os 6 macroprocessos finalísticos a seguir: “Conhecer o turista, o mercado e o território”; “Promover os produtos turísticos”; “Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos”; “Estruturar os destinos turísticos”; “Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística”; e “Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social”

A gestão desses Macroprocessos foi feita mediante sua subdivisão em “Iniciativas” do Mapa Estratégico. Mais detalhes sobre as iniciativas estão descritas no item 2.1 – Planejamento da Unidade do presente Relatório.

## **1.6 – PRINCIPAIS PARCEIROS**

Os principais parceiros internos da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, no âmbito do órgão Ministério do Turismo (UG 54101) são as outras Unidades Jurisdicionadas, individuais, consolidadas ou agregadas, definidas pelo Tribunal de Contas da União, quais sejam: Secretaria-Executiva e suas subunidades; Gabinete do Ministro; Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo; e Coordenação-Geral de Convênios.

As interações com a Secretaria-Executiva se dão primordialmente por meio das Diretorias de Gestão Estratégica (DGE) e Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, em temas orçamentários e de gestão de contratos, convênios e termos de parceria. No caso do Gabinete do Ministro e da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, as interações se dão por meio do apoio às políticas públicas definidas por cada uma dessas UJ's, ou elaboradas em conjunto.

Quanto aos principais parceiros externos ao órgão Ministério do Turismo (UG 54101), que participam e contribuem com os macroprocessos finalísticos e a formulação das políticas públicas no Setor, tem-se: a Embratur, como autarquia vinculada; além de Fóruns permanentes como o Conselho Nacional do Turismo – CNT; o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur; e o Comitê Interministerial de Facilitação Turística – CIFAT. Além dessas instituições, outros parceiros são as instituições estaduais e municipais, públicas ou privadas, com as quais a UJ formaliza seus convênios, termos de parceria e contratos, para objetos específicos.



## INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão, referente às atividades desempenhadas pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – SNPTur no ano de 2013, está estruturado de acordo com os itens propostos nos Anexos das Decisões Normativas TCU nºs 127/2013, 129/2013 e 132/2013, e da Portaria TCU nº 175/2013.

Atenta-se que alguns itens, subitens e quadros previstos na Portaria TCU nº 175/2013 não se aplicam ao Relatório da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, por não serem correlatos às atividades desempenhadas pela UJ, por normativamente terem informações a serem tratadas e justificadas especificamente por outras UJ's deste Ministério do Turismo; ou ainda por não existirem ocorrências no exercício. São eles: *Itens 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.5; 2.2.1; 2.2.1.1; 2.2.3.2; 2.2.3.4; 3.3; 3.3.1; 3.3.2; 3.3.3; 3.3.4; 3.4; 3.5; 3.6; 4.1.1; A.4.1.2.2; 4.1.3.1; 4.1.3.2; 4.1.3.3; 4.1.3.4; 4.2; 4.2.1; 4.5; 4.5.1; 4.5.2; 4.5.3; 4.5.4; 4.5.5; 4.6; 4.6.1; 4.6.1.1; 4.6.1.2; 4.6.2; 4.6.2.1; 4.6.2.2; 4.6.2.3; 4.6.2.4; 4.6.2.5; 4.6.2.6; 4.6.2.7; 4.6.2.8; 4.6.2.9; 4.6.2.10; 4.6.2.11; 4.6.2.12; 4.7; 4.7.1; 4.7.2; 4.7.3; 5.1.4; 5.1.4.1; 5.1.4.2; 5.1.5.4; 5.1.6; 5.1.7; 5.2.1; 5.2.2; 5.2.6; 6.2.3; 9.1.2; 9.2; 9.2.1; 9.2.2; 9.3; 11.2.1; 11.3; 11.4; 11.5; 11.5.1; 11.5.2; 11.6; 12; 12.1 e seus respectivos quadros; e todos os textos e quadros da Parte B do Relatório, exceto o texto do item 3.*

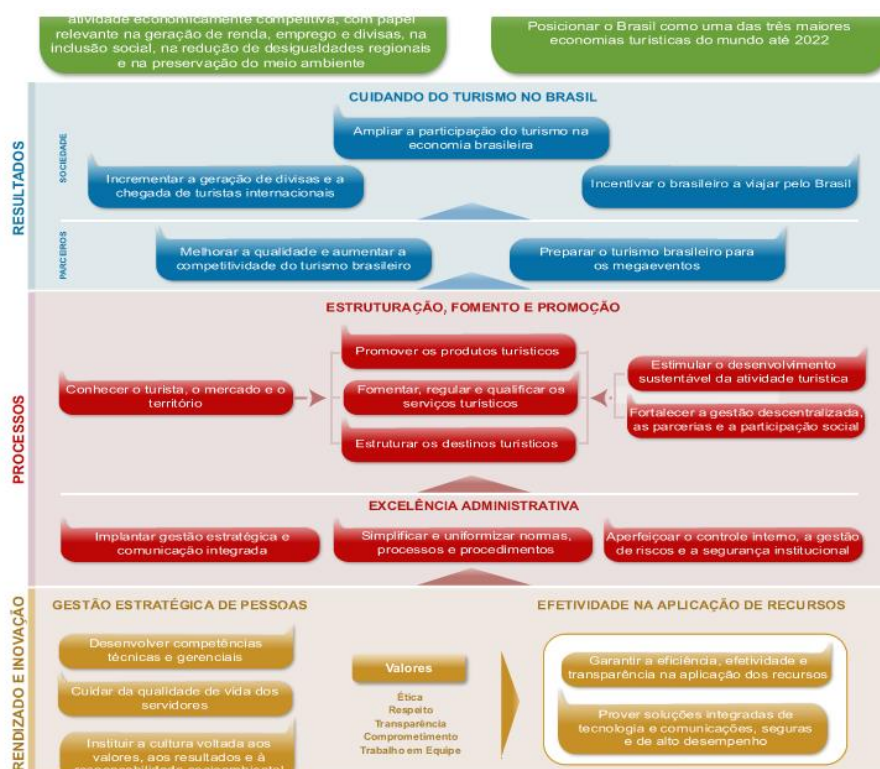
Em relação aos itens 5.2.3; 5.2.4; 6.1; 6.2.1; 6.2.2; 6.3; 7.1; 7.1.1; 8.1; 8.2; 11.1, e aos quadros A.5.2.3; A.5.2.4; A.6.2.1; A.6.2.2; A.6.3; A.7.1; A.8.1; A.8.2, todos presentes no Relatório, é importante salientar que se tratam de informações pertinentes à totalidade do Ministério do Turismo, tendo em vista que suas subdivisões por UJ tornariam os dados sem usuabilidade, ou mesmo não seriam passíveis de subdivisão pelas Unidades.

Por fim, como previsto nas orientações das DN's TCU 127/2013, 129/2013 e 132/2013; e Portaria TCU nº 175/2013, itens subseqüentes do Relatório (sobretudo as sessões 2.2 – Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados (e seus subitens); e 2.3 – Informações sobre Outros Resultados da Gestão) trazem os principais resultados da UJ no exercício.

## ITEM 2 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 2.1 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE

Desde o ano de 2012, encontra-se vigente o Plano Estratégico do Ministério do Turismo para o período 2012-2015. Este planejamento é representado graficamente por um Mapa Estratégico, dividido em 3 dimensões: “Aprendizado e Inovação”; “Processos”; e “Resultados”. Cada uma destas dimensões é subdividida em objetivos e estes, por sua vez, em iniciativas. Todo o processo é guiado para alcance da Missão e Visão definidas respectivamente como: “Desenvolver o turismo sustentável brasileiro como uma atividade economicamente competitiva, com papel relevante na geração de renda, emprego e divisas, na inclusão social, na redução de desigualdades regionais e na preservação do meio ambiente”; e “Posicionar o Brasil como uma das 3 maiores economias turísticas do mundo até 2022”.



O Plano, em consonância com as responsabilidades e competências regimentais do MTur e Embratur, engloba todos os setores destes órgãos. Além disso, também guarda vínculo com o Plano Plurianual do Governo Federal, por meio das Ações Orçamentárias que custeiam cada iniciativa, bem como pelo mesmo período de referência destes Planos: 2012 a 2015. Outra convergência existe entre os objetivos da dimensão “Resultados”, com os objetivos definidos no Programa Temático 2076 – Turismo, constante do PPA.

Especificamente em relação ao posicionamento da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo dentro do PPA, o planejamento para 2013 engloba, além do referido Programa Temático, a) O objetivo 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro; b) O objetivo 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; c) O objetivo 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil; e d) Um conjunto de 04 Ações Orçamentárias e 12 Planos Orçamentários definidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e seus detalhamentos.

Quanto às estratégias operacionais de implementação da Política Nacional do Turismo, desde a criação do Ministério do Turismo, foi concebido um modelo de Gestão Descentralizada, como estratégia de modernização institucional, buscando democratizar a gestão pública, por meio da estruturação, qualificação e fortalecimento da base organizacional pública e privada do turismo. Esse modelo de gestão propõe a constituição de um Sistema Nacional de Gestão do Turismo no país composto por um núcleo estratégico de âmbito nacional, formado pelo Ministério do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.

O Conselho Nacional de Turismo é um órgão colegiado com a atribuição de assessorar o Ministro de Estado do Turismo na formulação e aplicação da Política Nacional de Turismo e dos planos, programas, projetos e atividades derivados. No âmbito do Conselho, a organização é feita segundo categorias de atividades e apoiado por câmaras temáticas que tem por objetivo identificar oportunidades e discutir questões específicas do turismo.

O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo - FORNATUR é um órgão colegiado, constituído pelos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo das 27 Unidades da Federação, que tem como função no processo de gestão descentralizada auxiliar no apontamento de problemas e soluções, concentrando as demandas oriundas dos estados e municípios.

Completam a rede de gestão descentralizada os Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo, formados por representantes do setor público, incluindo representantes dos municípios e regiões turísticas, da iniciativa privada e do terceiro setor, além de outras entidades de relevância estadual vinculadas ao turismo. O objetivo é integrar os agentes da cadeia produtiva do turismo em cada uma das 27 UF's.

Para cumprir a função de articulação em todos os elos da cadeia de relacionamento, a gestão descentralizada tem a sua ação complementada na ponta, pelas instâncias de representação regional do turismo e pelos municípios, onde a atividade turística se realiza. Nesse sentido, os municípios são incentivados a criar os conselhos municipais de turismo e organizarem-se em instâncias de representação regional, pública e privada, possibilitando a criação de ambientes de discussão e reflexão adequados às respectivas escalas territoriais, complementando, assim, o sistema nacional de gestão do turismo.

Ainda com relação à estratégia de atuação da gestão compartilhada do turismo no País, foi instalado, em 2011, o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, presidido pelo ministro de Turismo e formado por representantes de 16 Ministérios (da Defesa; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Integração Nacional; da Cultura; da Justiça; do Meio Ambiente; das Relações Exteriores; dos Transportes; da Educação; do Trabalho e Emprego; das Cidades; do Desenvolvimento Agrário; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão) e Secretarias do Governo Federal (de Direitos Humanos e de Comunicação Social da Presidência da República), cujas atividades têm relação direta ou indireta com o setor turístico. Criado pela Lei do Turismo (nº 11.771/08) e regulamentado pelo Decreto nº 7.381/10, o Comitê ainda prevê o suporte de especialistas e profissionais de notório saber, indicados pelos membros do grupo.

Com relação a ações para mitigação de riscos aos objetivos da UJ, sobretudo aos objetivos contidos no PPA tais quais “Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro”; “Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil”; e “Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil”, destacam-se as gestões junto ao trade turístico, visando sobretudo a redução dos custos da hotelaria e a política de preços competitivos a ser praticada sobretudo durante megaeventos.

Fator limitador em 2013 foi o contingenciamento orçamentário ao qual foi submetido o Ministério do Turismo, e conseqüentemente a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, o que forçou inclusive o remanejamento entre Planos Orçamentários, para diminuição das conseqüências nos resultados da Gestão.

A síntese das realizações alcançadas, bem como o detalhamento dos objetivos e ações citados será descrita nas sessões subseqüentes: 2.2 – Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados (e seus subitens); e 2.3 – Informações sobre Outros Resultados da Gestão.

## 2.2 – PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 2.2.2 Objetivo

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro					
<b>Código</b>	0737	<b>Órgão</b>	Ministério do Turismo			
<b>Programa</b>	Turismo			<b>Código</b>	2076	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turísticos	Unidade	33.852	11.046	30.606	90,4%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1.1	Norte	Unidade	1.536	628	1.535	99,9%
1.2	Nordeste	Unidade	5.020	2.409	5.830	116%
1.3	Centro-Oeste	Unidade	5.876	1.685	4.106	69,9%
1.4	Sudeste	Unidade	14.615	4.711	13.040	89,2%
1.5	Sul	Unidade	6.805	1.613	6.095	89,6%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2	Classificar 2.000 empreendimentos turísticos	Unidade	2.000	28	49	2%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2.1	Norte	Unidade	163	2	5	3%
2.2	Nordeste	Unidade	523	11	12	2,3%
2.3	Centro-Oeste	Unidade	595	2	6	1%
2.4	Sudeste	Unidade	450	7	17	3,8%
2.5	Sul	Unidade	269	6	9	3,3%
METAS QUALITATIVAS						

Sequencial	Descrição da Meta
-	-

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil					
<b>Código</b>	0739	<b>Órgão</b>	Ministério do Turismo			
<b>Programa</b>	Turismo			<b>Código</b>	2076	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Realizar 16 campanhas promocionais voltadas para o mercado doméstico	Unidade	16	7	13	81%

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil					
<b>Código</b>	0741	<b>Órgão</b>	Ministério do Turismo			
<b>Programa</b>	Turismo			<b>Código</b>	2076	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Consolidar 154 instâncias de governança estaduais, regionais e municipais	Unidade	154	0	145	94%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1.1	Norte	Unidade	29	0	25	86%
1.2	Nordeste	Unidade	53	0	50	94%
1.3	Centro-Oeste	Unidade	24	0	23	96%
1.4	Sudeste	Unidade	27	0	26	96%
1.5	Sul	Unidade	21	0	21	100%
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2	Fortalecer institucionalmente os 27 órgãos oficiais de turismo dos estados	Unidade	27	20	20	74%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2.1	Norte	Unidade	7	5	5	71%
2.2	Nordeste	Unidade	9	7	7	78%
2.3	Centro-Oeste	Unidade	4	3	3	75%
2.4	Sudeste	Unidade	4	2	2	50%
2.5	Sul	Unidade	3	3	3	100%

#### 2.2.2.1 Análise Situacional

Como introduzido acima, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo é responsável pela gestão e monitoramento de 5 Metas, vinculadas a 3 objetivos do PPA. Segue abaixo, análise sobre a execução no ano e acumulada (2012 e 2013) de cada uma delas:

- Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turísticos: Vinculada ao Objetivo “Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro”, esta meta encontra-se, já em 2013, com execução de 90,4% do total previsto para os quatro anos do Plano Plurianual. O resultado é devido ao esforço de divulgação feito junto ao trade e aos prestadores de serviços turísticos nos últimos anos, que passam cada vez mais a perceber a importância do cadastro do MTur. Especificamente em 2013, contribuiu também para este resultado a edição da Portaria MTur 197/2013, que alterou e flexibilizou alguns dispositivos do Cadastur. A expectativa é que em 2014, a base atual do Cadastur amplie-se e ultrapasse a meta para o quadriênio;

- Classificar 2.000 empreendimentos turísticos: Também vinculada ao mesmo Objetivo acima, esta meta encontra-se bastante aquém do total previsto quando da elaboração do PPA, em 2011. Atualmente, o resultado alcançado é de 2% do previsto para os quatro anos do Plano. Os fatores apresentados pelo setor responsável são os seguintes: “O SBClass tem demonstrado um processo lento de adesões por parte dos meios de hospedagem. Com um acordo de cooperação com o SEBRAE, assinado em 2013, como captador e disseminador do Sistema, espera-se que esse número irá aumentar. No entanto, o caráter voluntário da classificação faz necessário um ajuste na meta estabelecida. O SBClass foi desenvolvido com o apoio da maioria das entidades representativas do setor de meios de hospedagem. Ainda assim, pelo caráter voluntário do sistema, a grande maioria dos meios de hospedagem optou por não aderir ao sistema. Alguns outros fatores vêm sendo identificados como limitadores das adesões: i) O SBClass é um sistema pago, ao INMETRO, pelos custos da auditoria; ii) Ainda não há um reconhecimento dos meios de hospedagem sobre os benefícios em se classificar; iii) - Muitos empresários não se dispõem em dedicar tempo suficiente para seguir o passo-a-passo do sistema. O SBClass foi desenvolvido com foco principalmente nos meios de hospedagem independentes, ou seja, que não são associados às grandes redes hoteleiras (Accor, BHG, Antlântica, etc) que já possuem padrões próprios e clientela própria e, portanto não têm interesse em aderir ao SBClass. Em número de estabelecimentos, a maioria se enquadra como micro ou pequena empresa. O Acordo de Cooperação celebrado entre o Mtur e o SEBRAE, contém a proposta de implantação de uma solução conjunta onde o SEBRAE irá atuar como disseminador do sistema em toda sua rede nacional, através da realização de oficinas e apoio aos empresários em todo o processo. Espera-se com esta medida ampliar o conhecimento e acesso ao SBClass. Além disso o Mtur vem estudando uma reestruturação do SBClass, envolvendo novos parceiros, simplificando o sistema e tornando a adesão gratuita”.

- Realizar 16 campanhas promocionais voltadas para o mercado doméstico: Vinculada ao Objetivo “Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil”, esta meta tem prevista a realização de 4 campanhas por ano, totalizando 16 até o final de 2015. Com a realização de 7 campanhas no ano de 2013 (elencadas posteriormente no item 2.2.3.5), a meta acumulada já chega a 81% do previsto para o quadriênio, mostrando bom andamento da mesma;

- Consolidar 154 instâncias de governança estaduais, regionais e municipais: Relacionada ao objetivo 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil, esta meta refere-se ao apoio e manutenção das 27 instâncias estaduais em turismo; somadas às instâncias das 62 regiões turísticas prioritárias para o turismo brasileiro; e aos 65 fóruns/conselhos municipais, dos destinos turísticos indutores definidos pelo MTur em anos anteriores. A meta faz referência, portanto, ao modelo de Gestão Descentralizada do Turismo, citada nos itens anteriores deste Relatório, bem como ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT). A meta para 2013 encontra-se zerada tendo em vista que, em 2013, as principais ações foram direcionadas para o processo de reestruturação do PRT, bem como de suas

diretrizes e atualização do Mapa das regiões turísticas do Brasil. A consolidação de instâncias de Governança é parte inerente a este processo e será realizado em etapa posterior, com a identificação dos interlocutores regionais e municipais do programa. O processo de revisão dos Mapas das Unidades da Federação, com foco nos novos territórios a serem trabalhados pelas políticas de turismo, foi concluído em dezembro de 2013 com a publicação da Portaria nº 313, de 03 de dezembro de 2013, que definiu o Mapa do Turismo Brasileiro

([http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/mapa\\_da\\_regionalizacao\\_novo\\_2013.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/mapa_da_regionalizacao_novo_2013.pdf)). A partir da definição deste mapa, em 2014, se iniciarão os trabalhos voltados para a consolidação das instâncias de governanças das regiões. Ressalta-se, por fim, que a presente Meta é não-cumulativa, dentro dos quatro anos do PPA.

- Fortalecer institucionalmente os 27 órgãos oficiais de turismo dos estados: Também vinculada ao Objetivo “Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil”, esta última meta também é do tipo não-cumulativa e refere-se às gestões junto aos órgãos oficiais de turismo nos estados e no DF. No ano de 2013, o fortalecimento institucional previsto deu-se sobretudo por meio da realização de seminários com foco na disseminação das novas diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo e, simultaneamente, no que tange à gestão descentralizada, a disseminação do Novo Plano Nacional de Turismo. As ações ocorreram nas seguintes UF’s: SE, PA, MG, RR, GO, TO, BA, MA, ES; SC; PR; PB, PE, AC; RN, AM, AL, DF; MT, e RS, totalizando 20 UF’s e atingindo 74% do previsto. A expectativa é que em 2014, haja ações de fortalecimento que atendam a todas as Unidades da Federação.

### 2.2.3 Ações

#### 2.2.3.1 Ações - OFSS

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20Y3		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Promoção e marketing do turismo no mercado nacional					
<b>Iniciativa</b>	02W0 – Realização de campanhas de promoção do turismo interno					
<b>Objetivo</b>	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil		<b>Código: 0739</b>			
<b>Programa</b>	Turismo		<b>Código: 2076</b>		<b>Tipo: Temático</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	54101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
110.254.000,00	103.520.000,00	71.670.330,93	39.133.478,09	39.133.478,09	0,00	32.536.852,84
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Iniciativa implementada		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			363	363	71	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Iniciativa implementada		Unidade	-
Identificação da Ação						

<b>Código</b>	20Y4		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Articulação e ordenamento turístico					
<b>Iniciativa</b>	02W5 – Apoio a desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do sistema nacional de turismo					
<b>Objetivo</b>	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil <b>Código: 0741</b>					
<b>Programa</b>	Turismo		<b>Código: 2076</b>		<b>Tipo: Temático</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	54101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
26.576.000,00	20.376.000,00	16.892.315,75	8.588.535,74	8.588.535,74		8.303.780,01
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Apoio realizado			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				25	25	11
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Apoio realizado	Unidade	-	

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	2658		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Fiscalização dos prestadores de serviços turísticos					
<b>Iniciativa</b>	02VC – Fiscalização dos serviços turísticos					
<b>Objetivo</b>	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro <b>Código: 0737</b>					
<b>Programa</b>	Turismo		<b>Código: 2076</b>		<b>Tipo: Temático</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	54101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.700.000,00	2.700.000,00	47.463,30	47.463,30	47.463,30	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Fiscalização realizada			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				270	270	150
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
595.912,50	10.118,25	-34.000,00	Fiscalização realizada	Unidade	1	

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	4641		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Publicidade de utilidade pública					
<b>Iniciativa</b>	Implementação, em âmbito nacional, de ações preventivas e de sensibilização no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo, prioritariamente nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014					
<b>Objetivo</b>	-					
						<b>Código: -</b>



<b>Programa</b>	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes					<b>Código:</b> 2062
<b>Unidade Orçamentária</b>	54101					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.500.000,00	1.000.000,00	8.576,36	8.576,36	8.576,36	11.682,61	0,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
129.640,00	129.640,00	0,00	-	-	-	

Fonte: Siafi Gerencial e SIOP (Extração feita pela Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças/MTur)

#### 2.2.3.3 Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

##### QUADRO A.2.2.3.3 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013 - RESTOS A PAGAR – OFSS

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	11Y1		<b>Tipo:</b> Projeto			
<b>Título</b>	Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Desempenho do Plano Nacional de Turismo					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-					
<b>Programa</b>	Gestão da Política de Turismo			<b>Código:</b> -		
<b>Unidade Orçamentária</b>	54101		<b>Código:</b> 1001		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Meta</b>			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
406.678,60	51.042,00	-355.636,60	Sistema Implantado	%	-	

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	11YN		<b>Tipo:</b> Projeto			
<b>Título</b>	Elaboração de Estudos de Competitividade do Turismo Brasileiro					
<b>Iniciativa</b>	02V8 - Elaboração de estudos de competitividade do turismo brasileiro					
<b>Objetivo</b>	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.			<b>Código:</b> 07337		
<b>Programa</b>	Turismo			<b>Código:</b> 2076		<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	54101		<b>Código:</b> -		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Meta</b>			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
625.861,91	625.861,88	-0,03	Estudo Realizado	Unidade	-	

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	2968		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Fortalecimento do Sistema Nacional de Turismo				
<b>Iniciativa</b>	02W5 - Apoio ao desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do Sistema Nacional de Turismo				
<b>Objetivo</b>	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. <b>Código:</b> 0741				
<b>Programa</b>	Turismo		<b>Código:</b> 2076		<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	54101				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não   Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
55.401,53	16.957,83	0,00	-	-	-

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	4038		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional				
<b>Iniciativa</b>	02W0 - Realização de campanhas de promoção do turismo interno				
<b>Objetivo</b>	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil. <b>Código:</b> 0739				
<b>Programa</b>	Turismo		<b>Código:</b> 2076		<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	54101				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não   Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
39.454.142,21	20.563.908,65	14.965.923,83	Campanha Realizada	Unidade	-

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	4044		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Cadastramento das Empresas, dos Empreendimentos e dos Profissionais de Turismo				
<b>Iniciativa</b>	02V7 - Cadastramento das empresas, dos empreendimentos e dos profissionais do turismo				
<b>Objetivo</b>	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro. <b>Código:</b> 0737				
<b>Programa</b>	Turismo		<b>Código:</b> 2076		<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	54101				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não   Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
769.550,59	66.344,36	-58.450,48	Registro Efetivado	Unidade	-

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	4048		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Classificação das Empresas, Empreendimentos e Equipamentos Turísticos				
<b>Iniciativa</b>	02V9 - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços e equipamentos turísticos				
<b>Objetivo</b>	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro. <b>Código:</b> 0737				
<b>Programa</b>	Turismo		<b>Código:</b> 2076		<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	54101				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não   Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
69.518,01	5.642,29	-9.432,00	Produto Classificado	Unidade	-

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	4084 <b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	Inventário da Oferta Turística
<b>Iniciativa</b>	02W6 - Apoio a realização do inventário da oferta turística
<b>Objetivo</b>	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. <b>Código:</b> 0741
<b>Programa</b>	Turismo <b>Código:</b> 2076 <b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	54101
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
87.865,00	0,00	0,00	Inventário Realizado	Unidade	-

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	4092 <b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	Apoio ao Desenvolvimento das Regiões Turísticas Brasileiras
<b>Iniciativa</b>	02W4 - Apoio a gestão e desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras
<b>Objetivo</b>	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. <b>Código:</b> 0741
<b>Programa</b>	Turismo <b>Código:</b> 2076 <b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	54101
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.312.101,00	566.000,00	440.386,00	Plano elaborado	Unidade	1

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	4620 <b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno
<b>Iniciativa</b>	02W1 - Realização de eventos temáticos geradores de fluxo turístico para a comercialização de roteiros, destinos e produtos
<b>Objetivo</b>	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil. <b>Código:</b> 0739
<b>Programa</b>	Turismo <b>Código:</b> 2076 <b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	54101
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
20.679.845,85	4.090.573,92	-14.797.865,55	Evento Apoiado	Unidade	-

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	4622 <b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	Apoio à Estruturação de Destinos Turísticos
<b>Iniciativa</b>	02W4 - Apoio a gestão e desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras
<b>Objetivo</b>	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. <b>Código:</b> 0741
<b>Programa</b>	Turismo <b>Código:</b> 2076 <b>Tipo:</b> Temático

<b>Unidade Orçamentária</b>	54101				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
168.300,00	168.300,00	0,00	Destino Turístico Estruturado	Unidade	-

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	8256		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Apoio à Comercialização do Produto Turístico Brasileiro no Mercado Interno				
<b>Iniciativa</b>	02VY - Implementação de projetos de apoio a organização, integração e fortalecimento da cadeia de distribuição do turismo				
<b>Objetivo</b>	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil. <b>Código:</b> 0739				
<b>Programa</b>	Turismo		<b>Código:</b> 2076	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	54101				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
247.576,00	247.576,00	0,00	Projeto Implantado	Unidade	2

Fonte: Siafi Gerencial e SIOP (Extração feita pela Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças/MTur)

#### 2.2.3.5 Análise Situacional

Dentre as 4 Ações Orçamentárias da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo para 2013, a Ação 20Y3 – Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional e a Ação 20Y4 – Articulação e Ordenamento Turístico são as mais significativas para a consecução dos objetivos e atribuições da UJ. A primeira Ação representa 66% do valor de programação previsto inicialmente pela LOA 2013, enquanto a segunda corresponde a outros 29%. A seguir, apresenta-se a síntese das realizações e execuções da Secretaria Nacional de políticas de Turismo, vinculadas a estas 2 Ações.

No âmbito da 20Y3 e seus 4 Planos Orçamentários, cuja desempenho orçamentário foi de R\$ 53,2 milhões (ou 99% do limite orçamentário estabelecido para os recursos de Programação) e desempenho físico de 93,1%, destacam-se as seguintes execuções e entregas:

A promoção do turismo interno e do produto turístico brasileiro é incentivada prioritariamente por meio da veiculação de campanhas promocionais; ações de publicidade e propaganda; além da produção de material institucional e de divulgação, de forma a motivar o brasileiro a viajar e conhecer o seu País, aumentando o fluxo interno.

Nesse sentido, em 2013, foram veiculadas as seguintes campanhas:

- I) Continuação da Campanha do Pronatec Copa, iniciada em 2012 (publicidade informativa sobre as oportunidades e lançamento deste Programa de qualificação profissional);
- II) Campanha do Viaja Mais Melhor Idade (Programa de incentivo às viagens na terceira idade);
- III) Campanha informativa sobre o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem - SBClass;
- IV) Campanha “Pátria de Chuteiras” (incentivo à receptividade brasileira aos turistas, nacionais e estrangeiros, da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014);

V) Campanha ENEM/MEC, oriunda de um Termo de Cooperação firmado entre as duas pastas ministeriais.

VI) Campanha “Turismo Acessível - Um Brasil onde todos podem viajar”

VII) Campanha Turismo Interno: Incentivo a que os brasileiros viajem e conheçam melhor os atrativos turísticos nacionais

Além das campanhas, veiculadas em TV, revistas, jornais, painéis em aeroportos, e mobiliário urbano, o Ministério do Turismo também se vale das mídias sociais e internet para suas publicidades institucionais e dos destinos turísticos brasileiros. Outras informações referentes às Ações de promoção por meio de campanhas estão descritas na Parte B, item 3 - Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda.

Em relação às ações de apoio à comercialização, destaca-se a participação institucional do Ministério do Turismo nos seguintes eventos:

I) Salão Paranaense de Turismo;

II) Salão Mineiro de Turismo;

III) Salão Baiano de Turismo;

IV) World Travel Market (WTM) Latin America;

V) Encontro Catarinense de Hoteleiros – Encatho;

VI) Equipotel (Encontro Internacional sobre Hotelaria e Gastronomia);

VII) Festival de Turismo das Cataratas;

VIII) FÉstival - Festival Internacional de Turismo Religioso;

IX) Feira das Américas – ABAV 2013;

X) 1ª Conferência de Turismo Criativo;

XI) Festival de Turismo de Gramado; e

XII) Turisvales

Outro significativo projeto de apoio à comercialização foi o relançamento do Viaja Mais - Melhor Idade. O objetivo do projeto é movimentar o mercado brasileiro de turismo especialmente nos períodos de baixa temporada, por meio da oferta de pacotes turísticos promocionais ao público da terceira idade. De acordo com o IBGE, o Brasil tem 23,5 milhões de pessoas acima de 60 anos, o que corresponde a 12,1% da população brasileira. Por meio de parceria com os bancos do Brasil e Caixa Econômica Federal, os pacotes poderão ser parcelados pelo público em até 48 vezes com juros reduzidos. Para participar do Viaja Mais - Melhor Idade, as operadoras precisam estar inscritas regularmente no Cadastur e oferecer benefícios ou vantagens exclusivas para o público-alvo. Até o fim do ano, o projeto estuda ainda a possibilidade de ampliação dos benefícios para os trabalhadores e profissionais da cadeia do turismo, também com a oferta de linhas de financiamento especiais e descontos em pacotes.

Importante iniciativa com vistas à sensibilização e informação ao turista foi o lançamento do aplicativo “Câmbio Legal”. Voltado ao turista estrangeiro, porém também importante fonte de informação aos prestadores de serviços turísticos brasileiros, este aplicativo para aparelhos celulares foi desenvolvido pelo Banco Central, com apoio do Ministério do Turismo, e lançado às vésperas da Copa das Confederações e da Jornada Mundial da Juventude. O aplicativo localiza os pontos de câmbio em todo o país e indica ao usuário o local mais próximo para comprar (endereço, telefones, horário de funcionamento e demais serviços) e vender moeda estrangeira.

Por fim, o apoio à realização de eventos temáticos e geradores de fluxo também contribuiu para o fluxo turístico nacional. Em 2013, 9 propostas apresentadas por convenentes de 8 Unidades da Federação foram executadas com apoio do Ministério. Outras 11 propostas oriundas de emendas parlamentares tiveram

apoio do MTur no ano de 2013. Tratam-se, em sua maioria, do apoio a festejos juninos, importantes eventos geradores de fluxo turístico no País.

Esse conjunto de ações e investimentos tem contribuído para o aumento do número de turistas e viagens domésticas nos últimos anos. Em 4 anos, o número de viagens domésticas realizadas no Brasil saltou de 161 milhões, em 2007, para 191 milhões, em 2011, último ano de apuração dos dados via pesquisa de demanda turística interna.

Já em relação à Ação 20Y4 e seus 8 Planos Orçamentários, cuja execução orçamentária foi de R\$ 12,3 milhões (84,8% do limite fixado para a Programação) e execução física foi de 100% (11 apoios realizados em 11 programados), destacam-se: quanto à promoção da sustentabilidade (social, ambiental e cultural) e da qualidade do turismo brasileiro, a continuidade do Programa Passaporte Verde. Trata-se de uma iniciativa de estímulo à adoção de práticas sustentáveis pelos turistas. Uma das ações é a distribuição de cartilhas que estimulam o turista a reconhecer seu papel como agente de contribuição para a conservação do meio ambiente. O programa busca um relacionamento saudável com a natureza, com as comunidades e com a cultura dos destinos turísticos visitados. Iniciado em 2012, durante a Conferência Rio + 20, o Passaporte Verde teve continuidade no ano corrente e concentrou suas ações junto aos albergues do País, sobretudo na alta temporada.

Quanto à normatização da atividade turística foram dados passos importantes no compromisso de trabalhar em parceria com a cadeia produtiva para melhorar a competitividade do turismo brasileiro por meio da redução de impostos. As operadoras e as agências de viagem poderão ser beneficiadas com isenção do Imposto de Renda em remessas efetuadas ao exterior para pagamento de despesas com a venda de pacotes. O dispositivo consta da Lei nº 12.810/13. Em outro normativo, os parques aquáticos ganharam isenção de tarifas para importação de equipamentos, o que contribui para incentivar a instalação e a modernização destes empreendimentos no Brasil. Estas novas situações somam-se às conquistas do setor turístico brasileiro já obtidas em 2012, quando da inclusão de categorias econômicas da cadeia turística no Plano Brasil Maior.

Após 10 anos de seu lançamento, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) foi reformulado e relançado em maio de 2013, após a realização inclusive de consultas públicas com representantes de todas as regiões do País. No desenho atual, o PRT promoverá um amplo diagnóstico das necessidades e potencialidades turísticas dos municípios e regiões. O diagnóstico será realizado tendo como base 8 eixos de gestão, estruturação e promoção, quais sejam: 1) gestão descentralizada (visando a participação social e fortalecimento das entidades locais); 2) planejamento e posicionamento de mercado, (identificação da oferta de produtos); 3) qualificação profissional; 4) empreendedorismo e promoção de investimento; 5) infraestrutura (obras e instalações necessárias); 6) informação ao turista; 7) promoção e apoio à comercialização; e 8) monitoramento (mensuração da satisfação dos turistas e dos resultados da atividade). As novas orientações do Programa estão descritas na Cartilha “Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes”, acessíveis pelo sítio institucional do Ministério do Turismo.

Outra importante referência para a gestão integrada e o desenvolvimento regional do turismo brasileiro é o Plano Nacional do Turismo (PNT) 2013-2016, a terceira edição do documento. A visão de futuro, proposta no PNT, é levar o Brasil à condição de 3ª economia turística mundial até 2022. No ano passado, o setor cresceu 6%, valor acima da média mundial e já contribui com 3,7% do Produto Interno Bruto nacional. Além da citada Visão de Futuro, o PNT é orientado para o alcance de 5 Metas para o período 2013-2016. São elas: Aumentar para 7,9 milhões a chegada de turistas estrangeiros ao país; Aumentar para US\$10,8 bilhões a receita com o turismo internacional até 2016; Aumentar para 250 milhões o número de viagens domésticas realizadas até 2016; Elevar para 70 pontos o índice médio de competitividade turística nacional até 2016; Aumentar para 3,6 milhões as ocupações formais no setor de turismo até 2016.

Projeto fundamental para dotar de maior qualidade os diferentes produtos turísticos ofertados pelo País, é a Segmentação do Turismo. A iniciativa principal da Segmentação no primeiro semestre/2013 foi o apoio a Projetos de fortalecimento do Turismo Religioso. Em abril, foi aberto processo seletivo para a apresentação de projetos relacionados ao tema, sendo selecionados cinco projetos voltados para a elaboração de planos de posicionamento de mercado para o produto turístico religioso. O Segmento religioso assume grande importância para o País, inclusive com a realização, no segundo semestre, da Jornada Mundial da Juventude. Outros assuntos correlatos à Segmentação e desenvolvidos no ano foram o Programa Turismo Acessível (pacote de incentivos à estruturação e promoção da acessibilidade); e as atividades do Grupo de Trabalho de Turismo Náutico.

Significativa iniciativa correlata ao segmento da melhor idade foi o relançamento do Viaja Mais - Melhor Idade. O objetivo do projeto é movimentar o mercado brasileiro de turismo especialmente nos períodos de baixa temporada, por meio da oferta de pacotes turísticos promocionais ao público da terceira idade. De acordo com o IBGE, o Brasil tem 23,5 milhões de pessoas acima de 60 anos, o que corresponde a 12,1% da população brasileira. Por meio de parceria com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, os pacotes poderão ser parcelados pelo público em até 48 vezes com juros reduzidos. Para participar do Viaja Mais - Melhor Idade, as operadoras precisam estar inscritas regularmente no Cadastur e oferecer benefícios ou vantagens exclusivas para o público-alvo. O projeto estuda ainda a possibilidade de ampliação dos benefícios para os trabalhadores e profissionais da cadeia do turismo, também com a oferta de linhas de financiamento especiais e descontos em pacotes.

Em relação ao cadastramento de prestadores turísticos brasileiros, foi publicada a Portaria MTur 197/2013, que tornou o Cadastur mais simples e inclusivo. As novas regras permitem que os microempreendedores individuais façam parte do cadastro de prestadores de serviço do setor em qualquer atividade. Eles também passam a se beneficiar de diversas ferramentas oferecidas pelo Governo Federal para aumento da competitividade, como linhas de crédito em condições diferenciadas e programas de qualificação profissional. Além disso, os prestadores garantem a participação em ações promocionais do Ministério do Turismo. O Cadastur é uma garantia para o consumidor, já que funciona como um guia de consulta que permite identificar os prestadores formalizados no País. Para algumas modalidades de serviço turístico, o registro é obrigatório (conforme a Lei Geral do Turismo – Lei nº 11.771/2008): meios de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, parques temáticos, acampamentos turísticos e guias de turismo.

Ainda em relação à normatização da atividade turística no Brasil, destaca-se a edição da Portaria 312/2013, a qual regulamenta o artigo 28 da Lei Geral do Turismo, que trata do transporte de passageiros com finalidade turística. Segundo o normativo, o transporte poderá ser realizado somente por agências de viagens com frota própria e empresas de transporte cadastradas no Ministério do Turismo. O objetivo é tornar público o número de registro da empresa no cadastro nacional de prestadores de serviços turísticos gerenciado pelo MTur. A legislação trata também dos tipos de veículos e das condições de conforto e segurança que devem ser observados pelos transportadores, bem como define quatro modalidades de transporte turístico: pacote de viagem, passeio local, traslado e especial. A portaria é fruto de discussões realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho de Turismo Rodoviário, coordenado pelo MTur. Um dos integrantes do GT é a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), responsável pela regulamentação do transporte de passageiros no país.

Quanto às atividades de classificação dos prestadores de serviços turísticos, foram desenvolvidas em 2013 ações de estímulo à adesão dos empreendimentos ao Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass). O SBClass classifica sete tipos de meios de hospedagem: hotel, resort, flat, pousada, hotel fazenda, hotel histórico e cama e café. O processo de classificação, conduzido pelo Ministério do Turismo, consiste na avaliação, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e

Tecnologia (Inmetro), das condições de infraestrutura, prestação de serviços e critérios de sustentabilidade.

Ainda em 2013, foram realizados estudos e pesquisas ligados ao setor turístico brasileiro. A maior parte deles segue série histórica e seus objetos e principais resultados são divulgados periodicamente pelo sítio eletrônico: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>. Segue abaixo a relação dos principais estudos/pesquisas realizados:

- Pesquisa sobre a caracterização e dimensionamento do turismo internacional no Brasil;
- Sondagens de expectativas empresariais e do consumidor do setor turismo, bem como a divulgação mensal de seus resultados;
- 9ª edição da Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo (PACET);
- Divulgação dos dados de Chegada de turistas não residentes – Ano-Base 2012;
- Divulgação dos resultados dos Boletins Trimestrais de Desempenho Econômico do Turismo;
- Compilação de dados secundários (Receita Cambial Turística; Desembarques nacionais e internacionais; dentre outros);
- Estudo da demanda turística na Jornada Mundial da Juventude; e
- Estudo da demanda turística da Copa das Confederações.

O conjunto de projetos, ações e iniciativas tem o propósito de dotar o país de maior competitividade turística internacional e posicioná-lo como uma das três principais economias turísticas do mundo. Em âmbito interno, o desafio é aumentar o Índice de Competitividade dos Destinos Turísticos Indutores, nas 13 dimensões que o compõem (Infraestrutura Geral; Acesso; Serviços e equipamentos turísticos; Atrativos Turísticos; Marketing e promoção do destino; Políticas Públicas; Cooperação regional; Monitoramento; Economia Local; Capacidade Empresarial; Aspectos sociais; Aspectos Ambientais; e Aspectos Culturais). O Índice de Competitividade foi implementado em 2008 para avaliar o estágio de desenvolvimento e a evolução dos destinos indutores nestas 13 dimensões. Os resultados do ano de 2013 já foram divulgados e encontram-se disponíveis para consulta no sítio do Ministério do Turismo. No fim do ano, o MTur ainda premiou as quatro melhores experiências identificadas durante o processo de coleta de informações do Índice. O objetivo é destacar ações que contribuam para o desenvolvimento do turismo e compartilhá-las com os demais destinos do país.



### 2.3 – INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

Além dos resultados descritos no item 2.2.3.5, foi monitorado no ano de 2013 um conjunto de iniciativas definido para o Plano de Ação do Ministério do Turismo, no exercício em questão. No caso da SNPTur, foram definidas 11 iniciativas, cujo monitoramento das metas, de acordo com os dados preenchidos em Sistema criado para este monitoramento, apontou: 10 metas acima de 90% de alcance; e 1 meta com execução zerada.

As iniciativas com realização quantitativa acima de 90% foram: “Desenvolver estudos e pesquisas sobre a atividade turística”; “Desenvolver análises e propostas, por macroambientes, para o desenvolvimento do turismo no Brasil”; “Promover o fortalecimento institucional nos destinos turísticos”; “Incentivar a qualificação dos prestadores de serviços turísticos”; “Realizar campanhas de promoção do turismo interno”; “Realizar ações de apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mercado interno”; “Apoiar a realização de eventos de fortalecimento ao desenvolvimento turístico”; “Combater a exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo”; “Operacionalizar a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional do Turismo” e “Promover a elaboração de planos de desenvolvimento e posicionamento de mercado”. Estas iniciativas tiveram como produtos, respectivamente: “Número de estudos realizados”; “Número de propostas elaboradas”; “Número de ações de fortalecimento institucional realizadas”; “Número de ações realizadas”; “Número de campanhas realizadas”; “Número de ações implantadas”; “Número de eventos apoiados”; “Número de campanhas realizadas”; “Número de encontros realizados”; e “Número de planos elaborados”.

Quanto à iniciativa com meta zerada no Sistema, (“Desenvolver e promover soluções de internet para o turismo brasileiro”), a justificativa apresentada foi a seguinte: “Cabe ressaltar que com o término do contrato de prestação de serviços de Internet em agosto, foi feita a transferência de conhecimento da tecnologia do Portal. A partir do fim deste contrato, o Canal “Institucional” do Portal, no que diz respeito ao conteúdo informativo inserido no Portal fica sob responsabilidade da Assessoria de Comunicação do MTur, setor fora da estrutura da UJ Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Já a parte estrutural do Portal ficará sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação, também fora da estrutura da SNPTur. Há que se ressaltar que o Canal promocional “Destinos” continuará sob responsabilidade do Departamento de Marketing Nacional. A licitação à nova empresa para prestação de serviços de Internet está em curso, e o processo está previsto para ser finalizado em 2014”.

Ainda de acordo com o Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo, esse conjunto de iniciativas visa em última análise e impacto efetivo em 5 dimensões e indicadores de resultados para a sociedade e para o Setor, quais sejam: “Melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro”; “Preparar o turismo brasileiro para os megaeventos”; “Incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas internacionais”; “Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil” e “Ampliar a participação do turismo na economia brasileira”.

### **ITEM 3 – ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

#### **3.1 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA**

No âmbito da estrutura de governança da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, informa-se que no organograma da UJ não há formalização de estruturas de controle, tais quais unidades de auditoria, conselhos internos ou comitês de avaliação. Já externamente, a atuação desta UJ, assim como das outras Unidades do Ministério do Turismo, é auxiliada e facilitada pelas discussões feitas no âmbito do Conselho Nacional de Turismo.

O Conselho contabiliza atualmente 70 membros, dentre instituições e entidades representativas dos diversos setores do governo, do trade e da sociedade civil organizada de diferentes categorias de atividades que conformam a cadeia produtiva do turismo. De caráter consultivo, integra a estrutura básica e o núcleo estratégico do Ministério do Turismo, diretamente vinculado ao titular da pasta, com a finalidade de assessorar na formulação e aplicação da Política Nacional de Turismo e dos Planos, Programas, Projetos e atividades dela derivados. Associados à estrutura do Conselho existem oito Câmaras Temáticas, criadas com o objetivo de aprofundar o debate quanto à definição de políticas e execução de ações em temas específicos: Financiamento e Investimento, Infra-estrutura, Legislação, Qualificação Profissional, Promoção e Apoio à Comercialização, Regionalização, Segmentação e, Turismo Sustentável e Infância. No exercício de 2013, em cumprimento regimental foram realizadas quatro reuniões do Conselho Nacional: 39ª Reunião (25/03/2013); 40ª Reunião (31/08/2013); 41ª Reunião (30/10/2013); e 42ª Reunião (03/12/2013).

### 3.2 – AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X

<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica:</b> A sistemática adotada para preenchimento do quadro acima foi a realização de reunião de avaliação conjunta. As áreas participantes foram: Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo; Coordenação-Geral de Análise de Projetos; Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão; e Coordenação-Geral de Informações Gerenciais.					

**Escala de valores da Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

**ITEM 4 – TÓPICOS ESPECIAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**4.1 – EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

<b>Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	540006	540004	04.131.2101.2017			12.000.000,00
Concedidos	540006	540004	23.125.2076.2658			72.775,51
Concedidos	540006	540004	23.131.2062.4641			19.896,91
Concedidos	540006	540004	23.695.2076.20Y3			47.644.287,36
Concedidos	540006	540004	23.695.2076.20Y4			12.416.479,03
Concedidos	540006	540012	23.695.2076.20Y3			41.695.863,07
Concedidos	540006	540012	23.695.2076.20Y4			3.051.214,00
Concedidos	540006	540001	23.125.2076.2658			(-48.449,46)
Concedidos	540006	540001	23.131.2062.4641			(-14.520,55)
Concedidos	540006	540001	23.695.2076.20Y3			(-22.306.394,71)
Concedidos	540006	540001	23.695.2076.20Y4			(-1.155.233,76)
Recebidos	540001	540006	23.125.2076.2658			95.912,76
Recebidos	540001	540006	23.131.2062.4641			19.896,91
Recebidos	540001	540006	23.695.2076.20Y3			92.172.389,13
Recebidos	540001	540006	23.695.2076.20Y4			15.472.297,22
Recebidos	540012	540006	23.695.2076.20Y3			16.371.836,72
Recebidos	540012	540006	23.695.2076.20Y4			235.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
<b>Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: Siafi Gerencial (Extração feita pela Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças/MTur)

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada	Despesa paga
---------------------------	-------------------	--------------

	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>34.239.777,58</b>	<b>18.063.798,07</b>	<b>34.239.777,58</b>	<b>18.063.798,07</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	34.094.351,19	17.789.649,88	34.094.351,19	17.789.649,88
d) Pregão	145.426,39	274.148,19	145.426,39	274.148,19
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>8.847.084,27</b>	<b>5.925.471,43</b>	<b>8.847.084,27</b>	<b>5.925.471,43</b>
h) Dispensa	7.291.498,81	5.925.471,43	7.291.498,81	5.925.471,43
i) Inexigibilidade	1.555.585,46	0,00	1.555.585,46	0,00
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>183.152,27</b>	<b>168.996,37</b>	<b>183.152,27</b>	<b>168.996,37</b>
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	183.152,27	168.996,37	183.152,27	168.996,37
<b>5. Outros</b>	<b>29.388.601,36</b>	<b>2.480.653,18</b>	<b>29.195.425,56</b>	<b>2.480.653,18</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>72.658.615,48</b>	<b>26.638.919,05</b>	<b>72.465.439,68</b>	<b>26.638.919,05</b>

Fonte: Siafi Gerencial (Extração feita pela Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças/MTur)

## 4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
Outros serviços de terceiros – PJ	53.957.994,62	33.790.216,15	36.903.425,62	18.875.781,36	17.054.569,00	14.914.434,79	36.903.426,62	18.875.781,36
Contribuições	25.307.939,77	9.765.078,29	3.743.265,71	2.383.660,11	21.564.674,06	7.381.418,18	3.743.265,71	2.383.660,11
Serviços de consultoria	6.478.529,97	6.758.361,73	5.778.529,97	4.852.375,13	700.000,00	1.905.986,60	5.778.529,97	4.852.375,13
Demais elementos do grupo	1.652.832,19	572.932,54	1.652.832,19	527.102,45	0,00	45.830,09	1.652.832,19	527.102,45
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>4. Investimentos</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial (Extração feita pela Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças/MTur)



#### 4.1.3.7 Análise Crítica da realização da despesa

As principais alterações verificadas na programação orçamentária do Ministério do Turismo são decorrentes da inclusão, pelo Congresso Nacional, de emendas ao projeto de Lei Orçamentária original, gerando um aumento importante no valor final da proposta orçamentária (Programação + Emendas). Entretanto, os limites estabelecidos no Decreto de Contingenciamento não permitiram a execução orçamentária da totalidade das ações programadas e incluídas pelo Congresso Nacional.

Os limites estabelecidos no Decreto de Contingenciamento levou o órgão a rever a sua forma de atuação frente às demandas do setor, inviabilizando a execução da totalidade do orçamento programado para algumas Ações inseridas no Plano Nacional de Turismo.

Não foi identificado no órgão nenhum outro evento significativo a ponto de interferir na execução orçamentária.

### 4.3 – MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	24.382.669,66	18.664.931,18	-1.092.377,54	4.625.360,94
2011	38.488.690,60	7.792.395,16	-28.748.679,19	1.947.616,25
2010	2.065.299,67	170.489,29	-259.150,71	1.635.659,67
2007	166.666,67	0,00	0,00	166.666,67
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2010	10.031.545,27	167.803,84	-539.798,55	9.323.942,88
2009	670.766,00	0,00	-300.000,00	370.766,00

Fonte: Siafi Gerencial (Extração feita pela Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças/MTur)

#### 4.3.1 Análise Crítica

Relativamente à política de gestão restos a pagar adotada por todo o Ministério do Turismo, observa-se a intenção em reduzir o saldo, por meio da reanálise dos objetos e também pelo pagamento dos projetos aptos a tal. Como mostra o quadro, de um total de R\$ 65,1 milhões em Restos a Pagar existentes no começo do ano, sobraram apenas R\$ 18 milhões (cerca de 27% do montante inicial). Os valores que permaneceram inscritos em restos a pagar ao término do exercício financeiro de 2013 atendem aos requisitos da Lei nº 4.320/64 e do Decreto nº 93.872/86.

## **4.4 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS**

### 4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SECRETARIA NAC.DE POLITICAS DE TURISMO-SNPTUR									
CNPJ :				UG/GESTÃO: 540006					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	792880	07810468000190	R\$ 182.400,00	R\$ 7.296,00	R\$ 175.104,00	R\$ 175.104,00	6/12/2013	7/3/2014	1
1	791167	82930181000110	R\$ 110.300,00	R\$ 2.300,00	R\$ 108.000,00	R\$ 108.000,00	21/11/2013	24/2/2014	1
1	788220	82777301000190	R\$ 403.522,00	R\$ 33.522,15	R\$ 300.000,00	R\$ 370.000,00	29/10/2013	6/2/2014	1
1	787446	03073673000160	R\$ 104.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ -	R\$ 100.000,00	1/11/2013	24/1/2014	1
1	787072	18629840000183	R\$ 243.950,00	R\$ 24.000,00	R\$ 219.950,00	R\$ 219.950,00	1/11/2013	23/2/2014	1
1	786515	08358889000195	R\$ 116.090,00	R\$ 3.490,00	R\$ 112.600,00	R\$ 112.600,00	21/10/2013	30/1/2015	1
1	786514	46680518000114	R\$ 146.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 143.000,00	R\$ 143.000,00	16/10/2013	15/10/2014	1
1	786512	04873592000107	R\$ 115.614,00	R\$ 5.000,00	R\$ 110.614,00	R\$ 110.614,00	11/12/2013	17/4/2015	1
1	786493	82925025000160	R\$ 103.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	14/10/2013	31/5/2014	1
1	783329	07963051000168	R\$ 133.600,00	R\$ 5.344,00	R\$ 80.448,00	R\$ 80.448,00	4/8/2013	30/12/2013	1
1	783285	82960758000136	R\$ 103.980,00	R\$ 3.980,00	R\$ 95.943,45	R\$ 95.943,45	26/7/2013	9/3/2014	1
1	782632	07667926000184	R\$ 100.068,00	R\$ 3.050,00	R\$ 15.752,77	R\$ 15.752,77	27/6/2013	25/1/2014	1
1	782606	00766717000149	R\$ 103.752,00	R\$ 3.752,00	R\$ 58.232,13	R\$ 58.232,13	13/6/2013	29/3/2014	1
1	776836	13167851000175	R\$ 621.500,00	R\$ 71.500,00	R\$ 550.000,00	R\$ 550.000,00	14/12/2012	1/11/2014	1
1	776466	05662046000190	R\$ 250.000,00	R\$ 23.000,00	R\$ 227.000,00	R\$ 227.000,00	28/12/2012	20/6/2014	1
1	775411	08946006000168	R\$ 299.775,00	R\$ 72.591,97	R\$ -	R\$ 227.183,03	5/12/2012	10/3/2014	1
1	775042	87958666000135	R\$ 421.292,00	R\$ 43.890,00	R\$ 377.402,00	R\$ 377.402,00	15/12/2012	23/5/2014	1
1	775041	05589348000180	R\$ 238.518,00	R\$ 23.851,80	R\$ 214.666,20	R\$ 214.666,20	15/12/2012	30/3/2014	1
1	773859	46523114000117	R\$ 2.174.000,00	R\$ 174.000,00	R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.400.000,00	9/11/2012	31/3/2014	1
1	767930	10358190000177	R\$ 388.000,00	R\$ 38.800,00	R\$ -	R\$ 174.600,00	30/12/2011	29/3/2014	1
1	767868	83108357000115	R\$ 100.700,00	R\$ 10.700,00	R\$ 20.000,00	R\$ 90.000,00	30/12/2011	30/5/2014	1
1	767842	82575812000120	R\$ 150.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 44.000,00	R\$ 144.000,00	30/12/2011	31/12/2013	1
1	767763	46444063000138	R\$ 618.675,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	R\$ 294.275,00	30/12/2011	29/12/2014	1
1	767060	69977734000121	R\$ 161.030,00	R\$ 16.102,96	R\$ 74.926,67	R\$ 144.926,67	30/12/2011	29/1/2014	1
1	766119	07810468000190	R\$ 545.500,00	R\$ 45.500,00	R\$ 435.563,70	R\$ 500.000,00	28/12/2011	29/1/2014	1
1	764946	03507415002511	R\$ 1.115.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 566.000,00	R\$ 566.000,00	30/12/2011	30/5/2014	1
1	764806	63606479000124	R\$ 102.387,00	R\$ 10.238,67	R\$ 61.431,98	R\$ 92.147,99	30/12/2011	5/5/2014	1
1	764170	10114502000105	R\$ 208.430,00	R\$ 8.430,00	R\$ 38.595,20	R\$ 200.000,00	20/12/2011	31/12/2013	1
1	764033	11361219000132	R\$ 208.430,00	R\$ 8.430,00	R\$ 161.404,80	R\$ 161.404,80	20/12/2011	29/1/2014	1
1	763819	63606479000124	R\$ 119.850,00	R\$ 11.985,00	R\$ -	R\$ 20.000,00	30/12/2011	30/7/2014	1
1	762957	01506018000160	R\$ 212.800,00	R\$ 12.800,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	29/12/2011	18/2/2014	1

1	764806	63606479000124	R\$ 102.387,00	R\$ 10.238,67	R\$ 61.431,98	R\$ 92.147,99	30/12/2011	5/5/2014	1
1	764170	10114502000105	R\$ 208.430,00	R\$ 8.430,00	R\$ 38.595,20	R\$ 200.000,00	20/12/2011	31/12/2013	1
1	764033	11361219000132	R\$ 208.430,00	R\$ 8.430,00	R\$ 161.404,80	R\$ 161.404,80	20/12/2011	29/1/2014	1
1	763819	63606479000124	R\$ 119.850,00	R\$ 11.985,00	R\$ -	R\$ 20.000,00	30/12/2011	30/7/2014	1
1	762957	01596018000160	R\$ 312.800,00	R\$ 12.800,00	R\$ 262.368,00	R\$ 262.368,00	20/12/2011	18/3/2014	1
1	762567	87958666000135	R\$ 383.282,00	R\$ 76.656,48	R\$ 56.625,92	R\$ 306.625,92	21/12/2011	31/12/2013	1
1	756440	07817993000138	R\$ 132.345,00	R\$ 13.234,47	R\$ -	R\$ 50.000,00	19/12/2011	31/5/2014	1
1	737448	87958666000135	R\$ 370.000,00	R\$ 37.000,00	R\$ -	R\$ 183.000,00	25/6/2010	14/9/2014	1
1	734005	08579242000193	R\$ 257.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ -	R\$ 133.000,00	17/5/2010	31/12/2013	1
1	724763	47173729000123	R\$ 593.300,00	R\$ 53.300,00	R\$ -	R\$ 290.000,00	31/12/2009	31/12/2013	1
1	724421	21835111000198	R\$ 700.600,00	R\$ 70.600,00	R\$ -	R\$ 630.000,00	31/12/2009	30/12/2014	1
1	724097	09061476000107	R\$ 117.000,00	R\$ 16.999,81	R\$ 34.126,49	R\$ 66.000,00	31/12/2009	30/9/2014	1
1	724095	08946006000168	R\$ 110.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ -	R\$ 66.000,00	31/12/2009	30/9/2014	1
1	724092	69977734000121	R\$ 110.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ -	R\$ 100.000,00	31/12/2009	30/9/2014	1
1	724089	01278765000150	R\$ 128.600,00	R\$ 21.600,00	R\$ -	R\$ 66.118,25	31/12/2009	30/9/2014	1
1	724078	15488858000114	R\$ 150.383,00	R\$ 43.383,00	R\$ -	R\$ 73.000,00	31/12/2009	30/9/2014	1
1	724071	03500589000185	R\$ 374.000,00	R\$ 34.000,00	R\$ -	R\$ 33.546,03	31/12/2009	31/12/2013	1
1	724062	05662046000190	R\$ 110.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.118,25	R\$ 100.000,00	31/12/2009	30/9/2014	1
1	724049	03549463000103	R\$ 263.300,00	R\$ 23.300,00	R\$ -	R\$ 140.000,00	31/12/2009	30/9/2014	1
1	724033	08783132000149	R\$ 109.994,00	R\$ 9.994,24	R\$ -	R\$ 66.000,00	31/12/2009	30/9/2014	1
1	724011	07817993000138	R\$ 110.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ -	R\$ 66.000,00	31/12/2009	30/9/2014	1
1	724010	08585510000180	R\$ 117.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ -	R\$ 59.236,50	31/12/2009	2/6/2014	1
1	723998	30099147000141	R\$ 373.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ -	R\$ 183.118,25	31/12/2009	30/9/2014	1
1	794986	92963560000160	R\$ 457.800,00	R\$ 45.780,00	R\$ -	R\$ -	23/12/2013	3/11/2014	1
1	794045	32415283000129	R\$ 117.040,00	R\$ 2.500,00	R\$ -	R\$ -	13/12/2013	28/2/2014	1
1	793565	10565000000192	R\$ 2.634.242,00	R\$ 134.242,00	R\$ -	R\$ -	11/12/2013	5/5/2014	1
1	793544	08260663000157	R\$ 869.600,00	R\$ 69.600,00	R\$ -	R\$ -	20/12/2013	31/3/2014	1
1	793256	11294402000162	R\$ 946.269,00	R\$ 46.269,00	R\$ -	R\$ -	16/12/2013	15/7/2014	1
1	793254	82892282000143	R\$ 934.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ -	R\$ -	20/12/2013	24/11/2014	1
1	791193	76206606000140	R\$ 704.800,00	R\$ 60.000,00	R\$ -	R\$ -	13/12/2013	12/12/2014	1
1	788324	13076534000143	R\$ 700.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ -	R\$ -	10/12/2013	30/5/2014	1
1	783649	07849532000147	R\$ 129.900,00	R\$ 8.813,85	R\$ -	R\$ -	9/11/2013	9/1/2014	1
1	783308	11333142000197	R\$ 141.390,00	R\$ 2.827,80	R\$ -	R\$ -	30/10/2013	16/3/2014	1
1	782634	82915026000124	R\$ 101.260,00	R\$ 2.025,20	R\$ -	R\$ -	10/7/2013	25/3/2014	1
1	782610	13100102000120	R\$ 102.100,00	R\$ 2.100,00	R\$ -	R\$ -	15/6/2013	12/2/2014	1
1	778259	11097292000149	R\$ 208.520,00	R\$ 8.520,00	R\$ -	R\$ -	15/12/2012	24/2/2014	1
1	776954	00671077000193	R\$ 300.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	R\$ -	15/12/2012	31/3/2014	1
1	776348	18296681000142	R\$ 104.701,00	R\$ 4.701,00	R\$ -	R\$ -	12/12/2012	20/4/2014	1

1	782610	13100102000120	R\$ 102.100,00	R\$ 2.100,00	R\$ -	R\$ -	15/6/2013	12/2/2014	1
1	778259	11097292000149	R\$ 208.520,00	R\$ 8.520,00	R\$ -	R\$ -	15/12/2012	24/2/2014	1
1	776954	00671077000193	R\$ 300.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ -	R\$ -	15/12/2012	31/3/2014	1
1	776348	18296681000142	R\$ 104.701,00	R\$ 4.701,00	R\$ -	R\$ -	12/12/2012	20/4/2014	1
3	TC 01/2013	UFSC- UG15316	R\$ 1.400.000,00	-	R\$ 700.000,00	R\$ 700.000,00	20/04/2013	20/02/14	1

**LEGENDA**

**Modalidade:**

- 1- Convênio
- 2- Contrato de Repasse
- 3- Termo de Cooperação
- 4- Termo de Compromisso

**Situação da Transferência:**

- 1- Adimplente
- 2- Inadimplente
- 3- Inadimplência Suspensa
- 4- Concluído
- 5- Excluído
- 6- Rescindido
- 7- Arquivado

Fonte: Coordenação-Geral de Convênios e Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças

#### 4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – SNPTur					
<b>CNPJ:</b>	05.457.283/0007-04					
<b>UG/GESTÃO:</b>	540006/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Convênio</b>	37	31	379	14.356.071,00	22.096.334,00	6.479.394,32
<b>Contrato de Repasse</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	01	-	04	986.542,00	189.305,60	1.506.782,76
<b>Termo de Compromisso</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>38</b>	<b>31</b>	<b>383</b>	<b>16.167.113,00</b>	<b>22.285.639,60</b>	<b>8.233.386,08</b>

Fonte: Coordenação – Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças e Coordenação-Geral de Convênios

#### 4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

<b>Unidade Concedente</b>					
<b>Nome:</b> Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – SNPTur					
<b>CNPJ:</b> 05.457.283/0007-04		<b>UG/GESTÃO:</b> 540006/0001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	208	2	
		Montante Repassado	15.990.210,89	240.347,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	52		
		Montante Repassado	6.811.840,54		
2012	Contas Prestadas	Quantidade	86		
		Montante Repassado	12.599.167,94		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	4		
		Montante Repassado	1.196.000,00		
2011	Contas Prestadas	Quantidade	685	2	
		Montante Repassado	139.126.328,56	1.934.991,10	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	4		
		Montante Repassado	761.762,27		
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

**Fonte:** Coordenação – Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças e Coordenação-Geral de Convênios

#### 4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE.

**Posição 31/12**  
em R\$ 1,00

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>
<b>Nome:</b> Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – SNPTur

CNPJ: 05.457.283/0007-04			UG/GESTÃO: 540006/0001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			171	-
	Com Prazo de Análise ainda <b>não Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	15	-
			Quantidade Reprovada	43	-
			Quantidade de TCE	20	-
			Montante Repassado (R\$)	7.116.882,88	-
	Com Prazo de Análise <b>Vencido</b>	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	77	-
			Montante Repassado (R\$)	10.690.968,58	-
		Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	6	-
			Quantidade Reprovada	25	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade de TCE	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	2.899.951,89	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1	-	
Montante Repassado (R\$)		146.900,00	-		
2012	Quantidade de contas prestadas			108	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	12	-	
		Quantidade Reprovada	71	-	
		Quantidade de TCE	44	-	
		Montante repassado	18.324.710,71	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
Montante repassado (R\$)		-	-		
2011	Quantidade de Contas Prestadas			843	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	87	-	
		Quantidade Reprovada	398	-	
		Quantidade de TCE	232	-	
		Montante Repassado	103.285.276,43	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	31	-	
		Montante Repassado	4.862.823,00	-	
Quantidade		798	-		
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Montante Repassado	187.781.999,91	-	

Fonte: Coordenação-Geral de Convênios

#### 4.4.5 Análise Crítica

Em relação às transferências voluntárias que se encontram na situação de inadimplência efetiva, o Ministério do Turismo tem adotado os seguintes procedimentos:

- Quando da omissão na entrega da prestação de contas ou documentação complementar (motivos de inadimplência do SIAFI 201 ou 218):

i) após o término do prazo para a entrega da prestação de contas, sem que esta tenha sido encaminhada, na forma estabelecida no instrumento celebrado, ou para a entrega de documentação complementar necessária à aprovação da execução física, o conveniente é notificado via SICONV, na forma da Portaria Interministerial nº 507/2011, pela área técnica responsável pela celebração e acompanhamento da execução do convênio, para, nos termos da Portaria MTur nº 112/2013, resolver tais pendências no prazo de dez dias. Não atendida a notificação, o processo é enviado à CGCV para as providências quanto à inscrição do registro no CAUC e procedimentos de instauração de TCE; e

ii) a CGCV, enquanto aguarda o prazo de 45 dias daquela notificação, para fins de registro da inadimplência, notifica os demais responsáveis pela execução do convênio, inclusive a entidade conveniente, para apresentação das contas ou devolução dos recursos recebidos. Não atendida, e decorridos os 45 dias da primeira notificação, registra a inadimplência e solicita a instauração de TCE.

- Quando da entrega da prestação de contas ou da documentação complementar, no prazo regulamentar ou antes da instauração da tomada de contas especial (processo no TCU):

i) a prestação de contas é analisada inicialmente quanto à consecução do objeto, pela área técnica responsável pela celebração e acompanhamento da execução física do convênio, e, então, enviado à Coordenação-Geral de Convênios para pronunciamento no tocante à execução financeira;

ii) se a consecução do objeto foi reprovada, em sua totalidade, compete à CGCV notificar todos responsáveis pelo convênio, na parte do conveniente: instituição, gestores signatários do instrumento celebrado e gestores sucessores que tiveram participação na execução do objeto ou dos recursos do convênio, para, então, não acatadas as notificações no prazo de 45 dias, registrar inadimplência e solicitar instauração de TCE;

iii) se a consecução do objeto foi aprovada total ou parcialmente, a parte aprovada é analisada pela CGCV no aspecto da execução financeira que, já partindo de uma aprovação parcial, quando assim se deu na análise da área técnica, poderá chegar até à conclusão pela reprovação total e, então, todos os responsáveis relativos à parte do conveniente são notificados para o ressarcimento dos recursos glosados, não acatadas as notificações no prazo de 45 dias, registra-se a inadimplência do conveniente e solicita-se a instauração de TCE. Quando os valores glosados são inferiores a R\$ 75.000,00 não há solicitação de instauração de TCE, mas registro dos responsáveis no CADIN e o processo arquivado; e no caso da aprovação total da prestação de contas, nos dois aspectos: técnico e financeiro, os responsáveis são notificados desse resultado e o processo arquivado.



## **ITEM 5 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS**

### **5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE**

#### **5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada**

##### **5.1.1.1 Lotação**

**QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

<b>Tipologias dos Cargos</b>	<b>Lotação</b>		<b>Ingressos no Exercício</b>	<b>Egressos no Exercício</b>
	<b>Autorizada</b>	<b>Efetiva</b>		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>0</b>	<b>53</b>	<b>2</b>	<b>13</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	53	2	13
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	48	0	12
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	4	2	1
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>40*</b>	<b>26</b>	<b>8</b>	<b>13</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>40</b>	<b>91</b>	<b>10***</b>	<b>29***</b>

(\*) As vagas para provimento dos cargos em comissão de servidores sem Vínculo com a Administração Pública são autorizadas pelo Decreto nº 8.102 de 6/9/2013 DOU 9/9/2013.

Obs: Para fins de Ingressos e Egressos no exercício não estão sendo considerados os servidores efetivos que porventura tenham sido nomeados e/ou exonerados dos cargos em comissão na UJ.

(\*\*\*) Para fins de Ingressos e Egressos, foram computadas as trocas de função sem perda do vínculo, isto é, o servidor foi exonerado de uma função e imediatamente nomeado para outra função.

Fonte: SIAPE (Extração feita pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/MTur)

##### **5.1.1.2 Situações que reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada**

**QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ**

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0

3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>0</b>

Fonte: SIAPE (Extração feita pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/MTur)

## 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

### 5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>40</b>	<b>36</b>	<b>18</b>	<b>19</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	40	36	18	19
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	6	8	5
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	5	2	1
1.2.4. Sem Vínculo	0	24	8	13
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>40</b>	<b>36</b>	<b>18</b>	<b>19</b>

Obs1: Não foram consideradas as funções comissionadas técnicas.

Obs2: Para fins de Ingressos e Egressos, foram computadas as trocas de função sem perda do vínculo, isto é, o servidor foi exonerado de uma função e imediatamente nomeado para outra função.

Fonte: SIAPE (Extração feita pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/MTur)

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	24	22	2	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	4	4	3	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>4</b>

2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	7	9	4	2	4
2.3. Funções Gratificadas	0	2	2	1	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>32</b>	<b>37</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>4</b>

Fonte: SIAPE (Extração feita pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/MTur)

32

37

#### 5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

#### 5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>20</b>	<b>25</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	20	20	5	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	5	7	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	4	18	3	0	1
2.3. Requisitados de Outros Órgãos/Esferas e Exercício Descentralizado	0	0	0	0	0	2	2	1	0
2.4. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	<b>45</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE (Extração feita pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/MTur)

### 5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	1.238.148,62	0,00	1.407.604,51	82.132,72	14.443,18	397.002,57	55.469,08	0,00	0,00	3.206.752,48
	2012	1.495.076,47	0,00	1.132.161,33	60.922,17	100.562,66	378.455,37	178.212,90	0,00	0,00	3.348.751,71
	2011	910.758,03	0,00	753.157,68	43.282,34	5.203,50	205.309,05	69.647,63	0,00	0,00	1.987.358,23
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	26.550,96	0,00	37.188,67	1.622,22	0,00	6.668,88	0,00	0,00	0,00	72.028,73
	2012	99.638,96	0,00	85.265,10	13.551,60	0,00	5.658,50	0,00	0,00	0,00	190.542,56
	2011	23.008,81	0,00	5.533,12	1.229,95	0,00	5.900,52	0,00	0,00	0,00	35.667,40
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	1.911.950,60	0,00	187.148,61	47.169,21	33.398,87	139.430,44	36.363,71	0,00	0,00	2.355.761,44
	2012	1.590.133,16	0,00	84.317,44	50.625,77	81.700,48	872.791,37	42.181,48	0,00	0,00	1.931.749,70
	2011	2.011.853,12	0,00	265.120,64	58.184,16	327.663,68	155.614,78	84.186,44	0,00	0,00	2.906.622,82
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	35.990,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.990,88
	2012	36.010,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.010,08
	2011	38.614,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.614,46

Fonte: SIAPE (Extração feita pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/MTur)

## 5.1.5 Cadastramento no Sisac

### 5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	20	0	20
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>20</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/MTur

### 5.1.5.2 Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU

QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	20	10	20	10
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>10</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/MTur

### 5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	17	3	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0

Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/MTur

## 5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

### 5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Ministério do Turismo													
UG/Gestão: 540004							CNPJ: 05.457.283/0002-08						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	027/09	02.005.031/0001-60	01/10/09	30/09/14	-	-	26	25	-	-	P
2011	L	O	009/11	05.058.935/0001-42	16/05/11	15/05/14	18	18	01	01	-	-	P

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos/SPOA/MTur

### 5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Ministério do Turismo													
UG/Gestão: 540004							CNPJ: 05.457.283/0002-08						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	006/2012	10.660.342/0001-91	22/05/2012	21/05/2014	-	-	24	17	-	-	P
2009	4	O	021/2009	01.708.458/0001-	28/07/2010	27/07/	37	28	2	2	-	-	P
	5						-	-	23	22	-	-	

				62		2014							
2012	12	O	007/2012	06.091.6 37/0001- 17	12/06/ 2012	11/0 6/ 2014	8	5	-	-	-	-	P
2012	12	O	012/2010	06.090.0 65/0001- 51	13/07/ 2010	12/0 7/ 2014	-	-	40	40	15	15	P
2009	12	O	021/2009	01.708.4 58/0001- 62	28/07/ 2010	27/0 7/ 2014	11	11	-	-	-	-	P

**Observações:-**

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:** Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/SPOA/MTur

### 5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Não houve problemas identificados na condução dos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra aqui apontados, inclusive as contratações de vigilância e limpeza e higiene.

## ITEM 6 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

#### a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Utilizamos o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que versa sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional; a Instrução Normativa SLTI nº 3, de 15 de maio de 2008, que versa sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências, bem como a instrução normativa MTur nº 01/2013, que estabelece critérios para utilização dos veículos automotores na execução de serviços de transporte oficial e terceirizado no interesse do Ministério do Turismo.

#### b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A importância se deve à estrutura do MTur, uma vez que os serviços de transporte são permitidos em lei para atendimento das autoridades e nas atribuições intrínsecas ao trabalho. O impacto se dá na melhor gestão do trabalho nas áreas afins a partir da disponibilização do transporte.

#### c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

<b>Tipo</b>	<b>Carro</b>	<b>Marca</b>	<b>Placa</b>	
<b>Veículos de representação</b>	Ômega CD	General Motors	JFP6545	
	Fusion V6	Ford	JJL1450	
<i>Subtotal</i>				<i>02</i>
<b>Veículos de transporte institucional</b>	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4887	
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4987	
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4897	
	Vectra	General Motors	JFO2829	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1440	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1460	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1470	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1480	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1490	
<i>Subtotal</i>				<i>09</i>
<b>Veículos de serviços comuns</b>	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1629	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1639	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1649	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6488	



	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6498	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6508	
	Master bus 16 DCI	Renault	JJQ1183	
	Sprinter 313 CDI	Mercedes Benz	JJU3231	
<i>Subtotal</i>				08
<b>Total de veículos da UJ</b>				<b>19</b>

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

d) Média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos

Tipo	Quilometragem Somatória
<b>Veículos de representação</b>	11.067
<b>Veículos de transporte institucional</b>	158.666
<b>Veículos de serviços comuns</b>	143.129
<b>Total de quilometragem</b>	<b>312.862</b>
<b>Média de quilometragem</b>	<b>16.466</b>

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

Tipo	Carro	Marca	Placa	Anos
<b>Veículos de representação</b>	Ômega CD	General Motors	JFP6545	11
	Fusion V6	Ford	JJL1450	03
<i>Subtotal mediano</i>				02
<b>Veículos de transporte institucional</b>	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4887	07
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4987	07
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4897	07
	Vectra	General Motors	JFO2829	17
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1440	03
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1460	02
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1470	02
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1480	02
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1490	02
<i>Subtotal mediano</i>				3,55
<b>Veículos de serviços</b>	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1629	02

<b>comuns</b>	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1639	02
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1649	02
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6488	02
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6498	02
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6508	02
	Master bus 16 DCI	Renault	JJQ1183	07
	Sprinter 313 CDI	Mercedes Benz	JJU3231	05
<i>Subtotal mediano</i>				<i>03</i>
<b>Idade média da frota</b>				<b>2,94</b>

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

f) Custos associados à manutenção da frota

Tipo	Carro	Placa	Combustível R\$	Manutenção		Licenciamento	Seguro Obrigatório	Placa de Bronze *	Total por veículo
				Peças	Serviço				
Veículos de representação	Ômega CD	JFP6545	-	-	-	51,41	105,25		156,66
	Fusion V6	JJL1450	5.722,44	273,78	86,66	51,41	105,25	109,80	6.349,34
<i>Subtotal</i>			<i>5.722,44</i>	<i>273,78</i>	<i>86,66</i>	<i>102,82</i>	<i>210,50</i>	<i>109,80</i>	<i>6.506,00</i>
Veículos de transporte institucional	Astra Sedan Advantage	JJE4887	7.016,55	2.918,77	892,90	51,41	105,25		10.984,88
	Astra Sedan Advantage	JJE4987	5.295,50	2.869,09	894,94	51,41	105,25		9.216,19
	Astra Sedan Advantage	JJE4897	6.922,49	9.189,96	2.198,32	51,41	105,25		18.467,43
	Vectra	JFO2829	1.722,52	2.954,46	105,00	51,41	105,25		4.938,94
	Focus 2L FC Flex	JJL1440	3.971,28	-	147,00	51,41	105,25		4.274,94
	Focus 2L FC Flex	JJL1460	7.995,68	70,36	156,52	51,41	105,25		8.379,22
	Focus 2L FC Flex	JJL1470	11.109,72	779,61	439,46	51,41	105,25		12.485,45
	Focus 2L FC Flex	JJL1480	7.839,23	1.135,68	269,02	51,41	105,25		9.400,59
	Focus 2L	JJL1	10.698,80	-	-	51,41	105,25		10.855,46

	FC Flex	490							
<i>Subtotal</i>			<i>62.571,77</i>	<i>19.917,93</i>	<i>5.103,16</i>	<i>462,69</i>	<i>947,25</i>		<i>89.002,80</i>
<b>Veículos de serviços comuns</b>	Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJL1 629	7.016,55	152,06	204,68	51,41	105,25		7.529,95
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJL1 639	3.414,44	468,55	84,28	51,41	105,25		4.123,93
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJL1 649	6.345,73	152,06	192,64	51,41	105,25		6.847,09
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJU6 488	5.884,17	161,50	192,64	51,41	105,25		6.394,97
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJU6 498	9.223,61	161,50	192,64	51,41	105,25		9.734,41
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJU6 508	4.820,59	329,62	232,74	51,41	105,25		5.539,61
	Master bus 16 DCI	JJQ1 183	5.721,53	6.774,64	1.382,60	51,41	246,48		14.176,66
	Sprinter 313 CDI	JJU3 231	2.317,43	-	-	51,41	109,96		2.478,80
<i>Subtotal</i>			<i>44.744,05</i>	<i>8.199,93</i>	<i>2.482,22</i>	<i>411,28</i>	<i>987,94</i>		<i>56.825,42</i>
<b>Totais</b>			<b>113.038,26</b>	<b>28.391,65</b>	<b>7.525,04</b>	<b>976,79</b>	<b>2.145,69</b>	<b>109,80</b>	<b>152.187,23</b>

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

\* O único veículo que possui Placa de Bronze é o Fusion V6 (placa JJL1450).

Motorista	Salário bruto mensal	Valor pago pelo MTur	Quantidade contratada	Total mensal	Total anual
Motorista Executivo	1.680,00	3.962,43	10	39.624,30	475.491,60
Motorista de Carro Leve	1.456,00	3.691,83	6	22.150,98	265.811,80
<b>Custo total de motoristas anual</b>					<b>741.303,40</b>

Fonte: Setor de Compras/CRL-Transporte/CSG/CGRL/SPOA

g) Plano de substituição da frota

Não há planos de substituição, uma vez que a frota foi renovada em 2012.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A principal razão da escolha foi para redução de custos.

*i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte*

Dispomos da Plataforma de Gestão do Turismo - o PGTur. Esse mesmo sistema controlam as solicitações, quilometragem, combustível e manutenção.

### **Frota de Veículos Automotores a serviço da UJ, mas contratada de terceiros**

*a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte*

Não existe mais contrato de terceirização de veículos para o MTur. Mantemos apenas o transporte fora do Distrito Federal, motivado pela inviabilidade logística de carros próprios para este fim.

*b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte*

Região	Empresa	CNPJ
Norte	CM FERREIRA RAMOS - EPP	06.050.372/0001-09
Centro-Oeste	VIP SERVICE CLUB LOCADORA E SERVIÇOS LTDA	02.605.452/0001-22
Nordeste	TATIANNY LOCKS VITORETI - ME	10.858.502/0001-01
Sudeste		
Sul		

Fonte: CRL/CGRL/SPOA

*c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até dez/12*

Para a contratação de locadoras de veículos foi realizada licitação cuja modalidade é o Pregão Eletrônico, no caso o de número 08/2012.

Região	Número do Contrato	Início da Vigência	Término da Vigência	Valor contratado R\$	Valor pago até dez/2013 R\$
Norte	013/2012	03-set-2012	02-set-2014	54.517,80	2.700,00
Centro-Oeste	015/2012	03-set-2012	02-set-2014	51.900,00	8.740,00
Nordeste	014/2012	03-set-2012	02-set-2014	483.909,50	245.246,39
Sudeste					
Sul					

Fonte: CRL/CGRL/SPOA

*d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos*

Utilizamos o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que versa sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional; a Instrução Normativa SLTI nº 3, de 15 de maio de 2008, que versa sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências, bem como a instrução normativa MTur nº 01/2013, que estabelece critérios para utilização dos veículos automotores na execução de serviços de transporte oficial e terceirizado no interesse do Ministério do Turismo.

*e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ*

A importância se deve à estrutura do MTur, uma vez que os serviços de transporte são permitidos em lei para atendimento das autoridades e nas atribuições intrínsecas ao trabalho. O impacto se dá na melhor gestão do trabalho nas áreas afins a partir da disponibilização do transporte.

*f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos*

Serviço contratado por demanda, não havendo como precisar a quantidade de veículos que cada empresa possui.

## 6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	<b>Distrito Federal</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
	Brasília	01	01
	OBS: Faz-se uso de 02 andares (2º e 3º), localizados no EMI, Bloco U.		
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>01</b>	<b>01</b>
<b>EXTERIOR</b>		<b>NÃO SE APLICA</b>	
<b>Subtotal Exterior</b>			
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>01</b>	<b>01</b>

**Fonte:** Coordenação-Geral de Recursos Logísticos/SPOA/MTur

### 6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
54004	97011 6936.5	21	5	777.892,24	13/12/13	53.852.534,08	NÃO SE APLICA	

00-1					
<b>Total</b>					

**Fonte:** SPIUnet/Ministério de Minas e Energia

### **Análise Crítica**

Os andares ocupados pelo Ministério do Turismo na Esplanada dos Ministérios estão sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia – MME, e o espaço do Shopping ID, por ser locado, está sob a responsabilidade de seu proprietário, assim como o Depósito da SOF.

OBS: No Relatório de Gestão de 2013, exercício de 2012, foram informados equivocadamente os andares 9º, 10º e 11º, sendo os contratos e andares correspondentes desta forma: contrato 13/2008 (10º e 12º andares) e contrato 34/2008 (11º andar).

### **6.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS**

QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

<b>LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA</b>		<b>QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ</b>	
		<b>EXERCÍCIO 2013</b>	<b>EXERCÍCIO 2012</b>
<b>BRASIL</b>	<b>Distrito Federal</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
	Brasília	01	01
	OBS: Faz-se uso de 03 andares (10º, 11º e 12º), localizados no Shopping ID, SCN.		
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>01</b>	<b>01</b>
<b>EXTERIOR</b>		<b>NÃO SE APLICA</b>	
<b>Subtotal Exterior</b>			
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>01</b>	<b>01</b>

**Fonte:** Coordenação-Geral de Recursos Logísticos/SPOA/MTur

## ITEM 7 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 7.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:</b>	
X	Auditoria de governança de TI.
X	Auditoria de sistemas de informação.
X	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
X	Auditoria de dados.
X	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.

	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
X	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Fonte: Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/SPOA	

### 7.1.1 Análise Crítica

Em 2013, o Ministério do Turismo manteve a estratégia de elevar o grau de maturidade dos 10 processos prioritários de TI visando a melhoria na entrega de produtos e serviços de TI com a mitigação de riscos e agregação de valor. Obteve, em avaliação realizada por consultores do SISP/MP, no tocante às práticas de gestão, nota equivalente ao Nível 2 em escala que varia de 0 a 5 do framework de governança e gestão de TI Cobit 4.1, modelo mundialmente reconhecido e recomendado.

Assim, considerando que a meta é alcançar a média Nível 3 (Processos de TI definidos, documentados e comunicados) nos 10 processos prioritários até 2015, a Coordenação-Geral de TI entende que o aperfeiçoamento dos processos, associado aos investimentos e qualificação da equipe, têm apoiado a instituição no alcance de seus objetivos estratégicos institucionais, especialmente o de “*Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação, seguras e de alto desempenho*”.



**ITEM 8 - GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					<b>X</b>
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p>					Principalmente, Licitações de informática e material de consumo.
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>					<b>X</b>
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).</p>					<b>X</b>
<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único in fine), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>	<b>X</b>				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>					<b>X</b>
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>	<b>X</b>				
					Houve redução, porém as aquisições foram feitas pelo MME, gestor do condomínio do Edifício Sede.

7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input checked="" type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.	X				
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/SPOA/MTur

## 8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados				
PES	2012	Economia em Energia Elétrica de 5,86%. Economia em Serviços de Processamento de Dados de 41,63%.				
Recurso Consumido	Quantidade	Valor				
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	2.043.337	1.671.453	1.802.886	684.298,85	370.526,43	566.770,02
Água	-	-	-	1.606,34	1.096,26	-
Energia Elétrica	-	-	-	197.286,70	207.870,91	-
			<b>Total</b>	<b>881.585,55</b>	<b>579.493,60</b>	<b>566.770,02</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL/SPOA/MTur

**OBS:** Os itens (papel, água e energia elétrica) solicitados no quadro acima tem a seguinte composição:

<b>Localização</b>	<b>Edifício Sede</b>	<b>Shopping ID</b>	<b>SOF Sul</b>
Água	Não se aplica, tendo em vista a participação no condomínio, que é gerido pelo Ministério de Minas e Energia.	Não se aplica, tendo em vista a participação no condomínio.	Valores apontados no quadro acima.
Energia elétrica		Quantitativos e valores apontados no quadro acima.	
Papel	Valores apontados no quadro acima.		

**ITEM 9 - CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E  
NORMATIVAS**

**9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU**

O levantamento dos dados e repostas dadas relativas ao item 9 e seus quadros foi elaborado e repassado pela Assessoria Especial de Controle Interno – AEI. Os referidos quadros referem-se a respostas dadas em 2013, ano base do presente Relatório:

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo					72084
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	017.279/2011-9	3502/2013-TCU-1 <sup>a</sup> Câmara	1.7.1	DE	Ofício nº 0482/2013-TCU/SECEX-SE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério do Turismo					72084
Descrição da Deliberação					
1.7.1. Determinar ao Ministério do Turismo, com fundamento do art. 250, inciso II, do TI/TCU, que adote providências no sentido de especificar as medidas reparadoras que devam ser exigidas do convenente, fixando o prazo e acompanhando o cumprimento, como por exemplo: Reimpressão das páginas da cartilha que continham erros ou da devolução dos recursos equivalentes; considerando a impressão de 110.000 unidades da cartilha, contendo erros no material promocional intitulado “Conheça o Brasil. Viaje Nessa Ideia”, no âmbito do Convênio 748061/2010 (SIAFI 748061) celebrado entre este Ministério e o Instituto Recriar (CNPJ 06.690.869/0001-79), pois, com relação à cidade de Aracaju, estado de Sergipe, o objeto do Convênio não foi atingido, pois apresentou como ponto turístico mais relevante dessa cidade o Farol da Barra, que é, na verdade, um dos cartões postais mais conhecidos da cidade de Salvador, estado da Bahia, além da existência de Acento agudo na letra “u”;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Promoção e Marketing Nacional - DPMKN					73565
Síntese da Providência Adotada					
Memorando nº 87/DPMKN/SNPTur/MTur, de 30 de julho de 2013: “Em resposta ao Memorando nº 548/2013/SNPTur/MTur, datado de 28 de junho do corrente ano, que faz referência ao Ofício nº 0482/2013 da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, informo que este Departamento encaminhou em 3 de julho último, Ofício nº 53/2013/DPMKN/SNPTur/MTur conforme anexo, ao Instituto Recriar, Convenente responsável pelo Convênio nº 748061/2010, repassando a determinação do Tribunal de Contas da União. O referido Ofício também foi encaminhado via e-mail em 16 de julho. Informo também que o prazo dado para pronunciamento do Convenente expirou em 27 de julho e as medidas para ressarcimento dos recursos serão tomadas nos próximos dias.”					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Após o referido encaminhamento do Ofício nº 53/2013/DPMKN/SNPTur/MTur ao Instituto Recriar, o Departamento de Marketing Nacional (DPMKN) aguardou pronunciamento do					

Conveniente até o prazo de 27 de julho. Como não houve resposta, as medidas para ressarcimento dos recursos financeiros à União foram tomadas por meio de uma nova análise da prestação de contas do convênio, a qual julgou parcialmente reprovado (Parecer Técnico Complementar nº 36/2013, emitido em 25/09/2013) e solicitou a devolução de recursos ao erário. Sendo assim, o processo foi encaminhado à Coordenação-Geral de Convênios – CGCV/MTur para as providências, em 11/12/2013. Entretanto, até o momento não consta nos autos a solicitação de instauração de TCE, atribuição da CGCV.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

A entidade conveniente não encaminhou resposta dentro do prazo. O ofício encaminhado via SEDEX (em 03/07/13) retornou por mudança de endereço da entidade. Os dados cadastrais da entidade conveniente, entretanto, não foram atualizados no SICONV, motivo pelo qual a área técnica não conseguiu manter contato e obter resposta, seja por correspondência, telefone ou e-mail.

## 9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

### 9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	5	6	38*
	Entregaram a DBR	5	6	38*
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SIAPE (Extração feita pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/MTur)

### 9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Para fins de entrega de DBR no Final de Exercício Financeiro, conforme o disposto na Portaria Interministerial nº 298, de 6/9/2007, o servidor pode autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda; ou apresentar anualmente, em papel, Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Pessoal competente.

## 9.5 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO

QUADRO A.9.5 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração	Remetidas ao TCU
			Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
420	130	0	312	363	0	79	135	160

Fonte: Coordenação-Geral de Convênios – CGCV/SPOA/MTur

## 9.6 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

### DECLARAÇÃO

Eu, **Simone Maria da Silva Salgado**, CPF nº284.959.421-00, **Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos**, exercido na **Secretaria Executiva**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG , conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

  
SIMONE MARIA DA SILVA SALGADO

CPF: 284.959.421-00

Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos

Secretaria Executiva

Ministério do Turismo

## DECLARAÇÃO

Eu, **Francisco Moreira da Silva**, CPF – **279.276.011-72**, **Coordenador Geral de Convênios**, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério do Turismo, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, bem como no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, ressalvadas as restrições de comunicação de dados entre eles, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 10 de março de 2014.



**FRANCISCO MOREIRA DA SILVA**

**279.276.011-72**

**Coordenador Geral de Convênios  
CGCV/SPOA/SEMTur**



## **ITEM 10 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

O principal canal de comunicação com os cidadãos e clientes externos do Ministério do Turismo é a Ouvidoria, órgão vinculado institucionalmente ao Gabinete do Ministro. O setor disponibiliza o endereço eletrônico [ouvidoria@turismo.gov.br](mailto:ouvidoria@turismo.gov.br), para que a sociedade civil organizada e os cidadãos possam fazer suas sugestões, solicitações, reclamações e denúncias, bem como tirar dúvidas sobre os Programas, Ações e Projetos do Ministério do Turismo e suas Secretarias. A Ouvidoria faz ainda a gestão do Sistema de Informações ao Cidadão – SIC, instituído pela Lei 12.527/11, por meio do encaminhamento à Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, de modo a responder às mais variadas demandas dos cidadãos, dentro das atribuições da UJ. Há ainda a Central de Atendimento (0800) do MTur, canal institucional que oferece atendimento às dúvidas da sociedade concernentes aos programas e ações do Ministério.

Além deste canal, o Departamento de Produtos e Destinos, vinculado à SNPTur, disponibiliza canais secundários de acesso ao cidadão e aos clientes internos do MTur. Dentre os quais, pode-se citar os endereços [regionalizacao@turismo.gov.br](mailto:regionalizacao@turismo.gov.br) (para as demandas pertinentes ao Programa de Regionalização do Turismo – PRT e ações pertinentes a implementação e consolidação do mesmo) e [atendimento@turismo.gov.br](mailto:atendimento@turismo.gov.br) (demandas pertinentes ao Inventário da Oferta Turística, bem como, a disponibilização de metodologia de inventariação desenvolvida pelo Ministério). Cabe ressaltar que estes canais são divulgados e utilizados preferencialmente por integrantes da cadeia turística nos âmbitos regional, estadual e municipal, como parte da estratégia de comunicação e informação entre os entes que fazem parte da Gestão Descentralizada do Turismo no País.

Outro mecanismo importante de participação da sociedade nas Políticas Públicas do Turismo são as consultas públicas. No ano de 2013, destaca-se, no âmbito desta UJ, a consulta pública realizada entre fevereiro e março, visando à construção da proposta de reformulação do Programa de Regionalização do Turismo, por meio das sugestões e contribuições apresentadas por pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a atividade turística no país. Todas as contribuições e sugestões foram analisadas pela equipe técnica competente deste MTur e o fruto deste trabalho pode ser acessado no sítio do MTur.

## **ITEM 11 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **11.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**

O Ministério do Turismo, desde 2011, adota os critérios e os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo segue a tabela padrão definida pela macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que padroniza os critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para a geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabiliza a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação. Do mesmo modo, as taxas utilizadas para os cálculos dos valores residuais também é padronizada e segue o estabelecido nesta mesma norma da STN.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, conforme definido na macrofunção 020330, e são compatíveis com a vida útil econômica do ativo, e aplicados uniformemente.

O cálculo da depreciação no Ministério do Turismo é realizado pela PGTUR – Plataforma de Gestão do Turismo, Sistema desenvolvido para o Órgão que contém entre outros um módulo de controle patrimonial.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais segue o estabelecido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade e as normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O valor total dos bens móveis do Ministério do Turismo, em 2013, somava R\$ 12.449.531,44 e a depreciação, conforme os critérios adotados, teve um impacto na ordem de R\$ 3.902.101,32 no resultado do exercício. Importante ressaltar que os valores demonstrados referem-se à estrutura de todas as UJ's do Ministério do Turismo, tendo em vista a impossibilidade de subdivisão de informações por UJ.

QUADRO 11.1 - SITUAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS E DESPESA DE DEPRECIAÇÃO DE 2013

Conta Contábil	Termo do Título	Valor (R\$)	Depreciação 52.328.01.00 (R\$)
14.212.04.00	APARELHO DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	3.274,21	379,05
14.212.06.00	APARELHO E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	752.369,35	164.729,41
14.212.10.00	APARELHO E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	199,92	141,00
14.212.12.00	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	143.279,31	42.732,42
14.212.18.00	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	9.681,61	3.895,13
14.212.24.00	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	4.903,12	2.288,25
14.212.30.00	MAQUINA E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	112.659,58	36.359,25
14.212.32.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	11.471,64	2.518,96
14.212.33.00	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	88.012,22	29.515,19
14.212.34.00	MAQUINAS UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	30.714,75	2.894,75
14.212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5.407.431,00	2.538.851,98
14.212.36.00	MAQUINAS, INSTAL. E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIOS	16.940,58	6.250,05
14.212.38.00	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	1.310,19	441,18
14.212.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	3.007.217,44	945.500,32
14.212.48.00	VEÍCULOS DIVERSOS	8.887,51	1.468,95
14.212.52.00	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	904.145,81	123.539,15
14.212.57.00	ACESSÓRIOS PARA AUTOMOVEIS	3.057,00	596,28
14.212.87.00	MATERIAL DE USO DURADOURO	421,00	-
	<b>Total</b>	<b>12.449.531,44</b>	<b>3.902.101,32</b>

Fonte: SIAFI (Extração feita pela Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças CGPOF/MTur)

## 11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 11.2.2 Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTUR		540006	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios: a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério do Turismo, via SIAFI; e a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. os demonstrativos do fluxo de caixa e do resultado econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Esta Declaração abrange a seguinte unidade gestora executora: 540006 – Secretaria Nacional de Políticas de Turismo.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília-DF	<b>Data</b>	11/02/14
<b>Contador Responsável</b>	Suellen Aguiar Borges	<b>CRC n.º</b>	DF 023.628/O-4

Fonte: Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças CGPOF/MTur

**ITEM 3 – PARTE B – DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

O Plano Orçamentário 0002, vinculado à Ação Orçamentária 20Y3, é destinado principalmente à realização de campanhas para promoção do turismo no mercado nacional. São campanhas que têm como objeto as ações de Publicidade e Marketing relacionadas à promoção, articulação ou ainda à comercialização de destinos e roteiros turísticos, de maneira a motivar a população brasileira a viajar pelo Brasil, aumentando o fluxo do turismo doméstico.

Quanto às tipologias de ações de publicidade, informa-se que o Ministério do Turismo realiza unicamente campanhas de utilidade pública que buscam promover os destinos e roteiros turísticos, além de informar, alertar ou ainda prevenir a população quanto às normas, informações ou leis específicas do setor turístico. Em 2013, este Ministério, por meio da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, contava com uma disponibilidade de verba destinada a contratos de publicidade no valor total de R\$ 50 milhões, divididos entre duas agências: Artplan Comunicação e Bees Publicidade. Os contratos com ambas as agências iniciaram-se em 06 de março de 2013 e tiveram seu término em 05 de março de 2014. Do montante total foram utilizados R\$ 46,8 milhões nesse período, tendo em vista a não obrigatoriedade de comprimento do contrato total. A verba foi utilizada para a realização das seguintes campanhas: Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem – SBClass; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego para a Copa do Mundo - Pronatec Copa; Brasil - Pátria de Chuteiras; Programa Viaja Mais Melhor Idade; Turismo Acessível; Campanha de Turismo Interno; e Enem, campanha do Ministério da Educação com recurso transferido para o MTur para sua concretização.

## **RESULTADOS E CONCLUSÕES**

De forma geral, conclui-se que a gestão da Secretaria Nacional de Política de Turismo – SNPTur no ano de 2013 foi satisfatória em relação aos objetivos definidos, apesar do alto contingenciamento orçamentário imposto a suas Ações Orçamentárias, que atingiu boa parte do exercício financeiro. A eficácia da gestão se mostra por meio de ações e projetos, tais quais:

- Continuidade da implementação da Política Nacional de Turismo, por intermédio da Gestão Descentralizada, do Programa de Regionalização do Turismo relançado, da revisão do Mapa do Turismo Brasileiro, e das Reuniões periódicas do Conselho Nacional do Turismo – CNT;
- Elaboração e divulgação do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2013-2016, já em sua terceira edição;
- Normatização da atividade turística e da prestação de serviços turísticos, por meio da reformulação do Sistema de Cadastramento de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), da regulamentação do transporte de passageiros com finalidade turística, bem como acompanhamento dos processos da classificação hoteleira;
- Reformulação e relançamento do Programa Viaja Mais Melhor Idade;
- Continuidade das ações de promoção interna do turismo, por meio de campanhas, eventos, internet e mídias sociais. Destaque no ano para as campanhas “Pátria de Chuteiras”; “Pronatec Copa” (ambas relacionadas à Copa do Mundo Fifa 2014), e “Viaja Melhor Idade” e “Turismo Acessível”, que visam à inclusão de consumidores na demanda turística interna;
- Elaboração de importantes estudos e pesquisas conjunturais e estruturais da atividade turística, com séries históricas, consubstanciando um amplo Sistema de Informações Turísticas. Destaque no ano para os estudos de demanda turística da Jornada Mundial da Juventude e da Copa das Confederações.

